

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 958ª

Sessão de 26/08/2014

1 958ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte e seis dias do mês de agosto
2 de dois mil e quatorze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, no
3 Auditório do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, na Cidade Universitária
4 “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco
5 Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros:
6 Vahan Agopyan, Antonio Carlos Hernandez, Bernadette Dora Gombossy de Melo
7 Franco, José Eduardo Krieger, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Sérgio França
8 Adorno de Abreu, André Roberto Martin, Floriano Peixoto de Azevedo Marques
9 Neto, Adalberto Américo Fischmann, Fábio Frezatti, Marcelo de Andrade Roméro,
10 Ana Lúcia Duarte Lanna, Margarida Maria Krohling Kunsch, Elizabeth Nicolau Saad
11 Corrêa, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Sonia Maria Vanzella Castellar,
12 Tito José Bonagamba, Marcos Nogueira Martins, Liedi Legi Bariani Bernucci, Lucas
13 Antonio Moscato, Geraldo Roberto Martins da Costa, Giovanni Guido Cerri, Berenice
14 Bilharino de Mendonça, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Luiz Henrique Catalani, Ivano
15 Gebhardt Rolf Gutz, Germano Tremiliosi Filho, Antonio Aprigio da Silva Curvelo,
16 Alexandre Nolasco de Carvalho, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho,
17 Clodoaldo Grotta Ragazzo, Jefferson Antonio Galves, Laerte Sodrê Junior, Fábio
18 Luiz Teixeira Gonçalves, Paulo Roberto dos Santos, Silvio Roberto Farias Vlach,
19 Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Fernando Salvador Moreno, Rui Curi, Carlos
20 Eduardo Falavigna da Rocha, Welington Braz Carvalho Delitti, José Vicente Caixeta
21 Filho, Marcos Vinícius Folegatti, Enrico Lippi Ortolani, José Antonio Visintin, Diná de
22 Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Maria Amélia de Campos Oliveira, Silvana Martins
23 Mishima, Fátima Aparecida Emm Faleiros Sousa, Valdemar Mallet da Rocha Barros,
24 Paulo Nelson Filho, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Luiz Fernando
25 Pegoraro, Giorgio de Micheli, Rodney Garcia Rocha, Gerson Aparecido Yukio
26 Tomanari, Marilene Proença Rebello de Souza, Frederico Pereira Brandini, Ana
27 Maria Setubal Pires Vanin, Fernando Luis Medina Mantelatto, João Atílio Jorge,
28 Carlos Eduardo Negrão, Maria Augusta Peduti Dal’Molin Kiss, Ana Lúcia da Costa
29 Darini, Suely Vilela, Victor Wünsch Filho, Arlindo Philippi Júnior, Paulo José do
30 Amaral Sobral, Douglas Emygdio de Faria, Dante Pinheiro Martinelli, Maria Cristina
31 Motta de Toledo, Luiz Silveira Menna Barreto, Antonio Marcos de Aguirra Massola,
32 Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Umberto Celli Junior, Guilherme Adolfo dos
33 Santos Mendes, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Camila de Moraes, Carlos
34 Alberto Ferreira Martins, Eduvaldo Paulo Sichieri, Pedro Bohomoletz de Abreu

35 Dallari, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Maria Cristina Oliveira Bruno, Martin
36 Grossmann, Oswaldo Baffa Filho, Simone Rocha de Vasconcellos, José Renato de
37 Campos Araújo, João Bosco Nunes Romeiro, Joaquim José de Camargo Engler,
38 Neli Maria Paschoarelli Wada, Dulce Helena de Brito, Bruno Sperb Rocha, Naiara
39 Schranck do Rosário, João Guilherme Machado Ribas, Sergio Mikio Kobayashi,
40 Gabriela Soldera Ferro, Marcelo Ricardo Fernandes, Daniel Barreto Junior, Paula
41 Zugaib Destruti, Guilherme Luis Desiderio, Carlos Eduardo Garisto de Nicola,
42 Marcos de Mattos Pimenta, Tirso de Salles Meirelles, José Luiz Borges Andreoli.
43 Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral.
44 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus
45 respectivos suplentes, os Conselheiros: Eduardo Henriques S. Monteiro, José
46 Roberto Castilho Piqueira, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Roberto Gomes de
47 Souza Berlinck, Valdecir de Assis Janasi, Osvaldo Luiz Bezzon, Waldyr Antônio
48 Jorge, Vera Silvia Facciolla Paiva, Pietro Ciancaglini, Maria Vitória Lopes Badra
49 Bentley, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Gabriel Luis Scheffer Regensteiner,
50 Raphael Gasparian Chinchilla, Antonio Carlos Teixeira Álvares e Fábio de Salles
51 Meirelles. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: José Rogério Cruz e
52 Tucci, Richard Charles Garratt, Adalberto Fazzio, Alejandro Szanto de Toledo, Luiz
53 Gonçalves Neto, Luiz Ernesto de Almeida Troncon, Jackson Cioni Bittencourt,
54 Eliezer Martins Diniz, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, José Arana Varela e
55 Anteor Cerello Júnior. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor
56 declara aberta a sessão, assim se pronunciando: **M. Reitor:** “É muito auspicioso
57 iniciar esse segundo semestre com uma reunião do Conselho Universitário. Será um
58 semestre de bastante trabalho, com previsão de um total de 6 reuniões deste
59 conselho, que somadas às 4 reuniões do primeiro semestre perfazem um total de 10
60 reuniões anuais, certamente um record, em especial se compararmos com o ano
61 passado em que tivemos 3 reuniões, sendo no segundo semestre apenas uma,
62 extraordinária, monotemática. Continuaremos neste ritmo, obviamente desde que
63 não haja ameaça física ou moral à reunião do colegiado maior de nossa
64 universidade. Esse número elevado de reuniões decorre, em primeiro lugar, do fato
65 de que estamos, em paralelo às reuniões ordinárias, realizando as reuniões que
66 devem encaminhar a reforma da governança da USP. Creio essencial ressaltar, no
67 entanto, que mesmo nas reuniões ordinárias estamos fazendo avançar reforma, e
68 consolidando mudanças que, aceitas por consenso da maioria, podem ser

69 implantadas e garantindo um novo perfil à USP. Exemplos dessas mudanças são a
70 nova sistemática de eleição de dirigentes, com abolição da lista tríplice, a nova
71 forma de elaboração do orçamento sobre a qual falaremos em seguida, e a
72 implantação da controladoria, que será objeto de decisão na próxima reunião do Co.
73 Mas, mudanças implicam vontade política de mudar. Nesse sentido lembro a
74 manifestação do ex-reitor da Universidade da Califórnia, Clark Kerr, sobre o
75 conservadorismo das universidades: 'Poucas instituições são tão conservadoras
76 como as universidades, quando se trata de seus próprios negócios, ao mesmo
77 tempo em que seus membros são tão liberais quando se trata dos negócios dos
78 outros.' Lembra ele ainda que professores da universidade que chegam a defender a
79 liberdade em marchas de rua, exigem que qualquer mudança dentro de seu campus
80 deve ter a aprovação unânime da universidade para ser feita. Assim, na base de
81 uma pretensa defesa da liberdade e da participação ampla, bloqueiam qualquer
82 mudança possível e necessária. Tenho certeza que esse não é o clima desse
83 Conselho, que agirá para mudar, atitude necessária para salvar a USP de um
84 abismo financeiro, de práticas gerenciais ultrapassadas, e de falta de objetividade de
85 sua missão acadêmica. Mas, apenas a título de exemplo das mudanças importantes
86 que estão em curso quero lembrar duas que, embora em níveis diferentes e voltadas
87 para atividades muito diversas, têm o objetivo comum implantar aquilo que o Prof.
88 Vahan e eu defendemos durante o processo eleitoral: medidas objetivas, concretas,
89 para tratar a imensa diversidade de cultura, de comportamento, de tradição e
90 necessidades das diferentes áreas do conhecimento. A primeira delas é a mudança
91 no processo de elaboração do orçamento. Diversamente do passado, o orçamento
92 está sendo elaborado com a participação das unidades. O documento originado na
93 COP e encaminhado a cada unidade, que deve ser devolvido até 23 de setembro,
94 representa um primeiro passo para ouvir as necessidades específicas de cada
95 unidade e levar em conta sua diversidade. Quero reforçar a todos aqui presentes
96 que discutam esses pontos em suas unidades, para que a proposta das diretrizes
97 orçamentárias e do próprio orçamento, que serão depois discutidas e votadas neste
98 plenário reflitam, de maneira realista, a diversidade de interesses e necessidades da
99 USP. O outro exemplo de iniciativa que busca levar em conta a diversidade de
100 interesses, atividades e tradições da universidade é o Grupo de Trabalho sobre
101 regimes de trabalho, avaliação do trabalho docente e progresso na carreira. Previsto
102 no plano que apresentamos durante o processo eleitoral, o GT presidido pelo Prof.

103 Ricardo Terra e composto por 23 docentes de diferentes unidades, diversas áreas e
104 variados perfis acadêmicos, visa a reconhecer a heterogeneidade entre áreas e
105 entre pessoas, e viabilizar a possibilidade de mais de uma via de progresso dentro
106 da carreira docente. Uma revisão objetiva de normas, assim como da estrutura dos
107 regimes de trabalho é essencial para permitir a valorização das atividades de
108 educação, em especial no ensino de graduação, e aplicar o conceito de “valorizar a
109 qualidade” a todas e a cada uma das atividades-fim da universidade: pesquisa,
110 cultura, ensino e extensão. Dessa forma, esse grupo de trabalho, cuja criação foi
111 anunciada aqui neste Conselho, que incumbiu a esse grupo de também fazer a
112 avaliação do processo de promoção de docentes, deverá discutir amplamente esses
113 temas com toda a comunidade acadêmica, para gerar propostas que serão
114 encaminhadas futuramente pelas vias regulares da universidade para tomadas de
115 decisão, quando estiverem suficientemente consolidadas. Como cabe a um
116 Conselho como este, as discussões conceituais são parte de sua vida, mas dele se
117 esperam decisões práticas, que possam ser transformadas pela reitoria em ações.
118 Nesse momento, temos um conflito que resulta da legítima expectativa de reajuste
119 salarial em confronto com a gravíssima situação financeira da USP. A solução está
120 nas mãos desse Conselho, e não como muitos argumentam, nas mãos do Reitor. Ao
121 Reitor cabe administrar com prudência e responsabilidade os recursos da USP,
122 dentro de parâmetros legais. Esse Conselho pode ou não dar ao Reitor instrumentos
123 para modificar o quadro financeiro para permitir negociações salariais. Bom trabalho
124 a todos.” Ato seguinte, coloca em discussão as atas das reuniões realizadas em
125 20.05 e 03.06.2014. Nesta oportunidade, a Cons^a. Neli Maria Paschoarelli Wada
126 informa que não recebeu as atas, não podendo, assim votá-las hoje. O M. Reitor
127 retira as atas de pauta, para serem votadas na próxima reunião. Ato contínuo, passa
128 a palavra ao Secretário Geral para apresentação dos novos membros. Secretário
129 Geral: Diretores: Prof.^a Dr.^a Silvana Martins Mishima (EERP), Prof. Dr. Adalberto
130 Américo Fischmann (FEA), Prof. Dr. Alexandre Nolasco de Carvalho (ICMC).
131 Representantes da Congregação: Prof.^a Dr.^a Maria Amélia de Campos Oliveira (EE),
132 Prof. Dr. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (FD), Prof. Dr. Marcos Nogueira
133 Martins (IF), Prof. Dr. Silvio Roberto Farias Vlach (IG). Representantes Discentes de
134 Graduação: Sr. Gabriel Luis Scheffer Regensteiner (FFLCH), Sr. João Guilherme
135 Machado Ribas (EP), Sr. Sergio Mikio Kobayashi (FFLCH), Sr.^a Gabriela Soldera
136 Ferro (IRI), Sr. Marcelo Ricardo Fernandes (EACH), Sr. Daniel Barreto Junior (FM),

137 Sr. Raphael Gasparian Chinchilla (EP), Sr. Guilherme Luis Desiderio (EESC) e Sr.
138 Carlos Eduardo Garisto de Nicola (ECA). Representante dos Servidores Técnicos e
139 Administrativos: Sr. Bruno Sperb Rocha (FFLCH). Representante dos Museus: Prof.
140 Dr. Marcos Domingos Siqueira Tavares (MZ). Representante da Federação do
141 Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO:
142 Dr. Antenor Cerello Júnior. Representante da Federação das Indústrias do Estado
143 de São Paulo – FIESP: Reconduzido: Dr. Antonio Carlos Teixeira Álvares. A seguir,
144 o M. Reitor passa ao item 4. **Eleição de um membro docente do Co para compor,**
145 **na condição de titular, a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), tendo**
146 **em vista o término do mandato do Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto, nos**
147 **termos do parágrafo único do art. 19 do Estatuto.** O Cons. Dante Pinheiro
148 Martinelli e o Cons. Antonio Marcos de Aguirra Massola indicam o Prof. Dr. Adalberto
149 Américo Fischmann. Procedida a votação e apuradas as cédulas, obtém-se o
150 seguinte resultado: Prof. Dr. Adalberto Américo Fischmann = 89 (oitenta e nove)
151 votos; Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Motta de Toledo = 1 (um) voto; Brancos = 7 (sete)
152 votos; Nulos = 8 (oito) votos. É eleito o Prof. Dr. Adalberto Américo Fischmann para
153 compor a COP, na vaga decorrente do término do mandato do Prof. Dr. Sigismundo
154 Bialoskorski Neto. Ato seguinte, o M. Reitor passa ao item 5. **Eleição de três**
155 **membros docentes suplentes do Co, para compor cada uma das Comissões**
156 **Permanentes do Conselho Universitário.** O Cons. Carlos Gilberto Carlotti
157 Junior indica o Conselheiro Dante Pinheiro Martinelli. O Cons. Valdemar Mallet da
158 Rocha Barros indica a Conselheira Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado.
159 O **Cons. Douglas Emygdio de Faria** indica o Conselheiro Paulo José do Amaral
160 Sobral. Procedida a eleição e apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado:
161 Conselheiros Dante Pinheiro Martinelli = 87 (oitenta e sete) votos; Maria Aparecida
162 de Andrade Moreira Machado = 83 (oitenta e três) votos; Paulo José do Amaral
163 Sobral = 81 (oitenta e um) votos, Giovanni Guido Cerri = 6 (seis) votos; Umberto
164 Celli Junior = 2 (dois) votos; Carlos Gilberto Carlotti Junior = 1 (um) voto; Brancos =
165 28 (vinte e oito); Nulos = 24 (vinte e quatro). Foram eleitos os Conselheiros Dante
166 Pinheiro Martinelli, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado e Paulo José do
167 Amaral Sobral suplentes da Comissão de Orçamento e Patrimônio. Passa-se às
168 indicações para a **CLR**. O **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Junior** e o **Cons.**
169 **Oswaldo Baffa Filho** indicam o Conselheiro Umberto Celli Junior. O **Cons. Arlindo**
170 **Philippi Junior** se coloca à disposição para integrar a Comissão. O **Cons.**

171 **Alexandre Nolasco de Carvalho** indica o Conselheiro André Carlos Ponce de Leon
172 Ferreira de Carvalho. Procedida a eleição e apuradas as cédulas, obtém-se o
173 seguinte resultado: Conselheiros Arlindo Philippi Junior = 73 (setenta e três) votos;
174 André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho = 73 (setenta e três) votos;
175 Umberto Celli Junior = 70 (setenta) votos; Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno =
176 52 (cinquenta e dois) votos; Brancos = 23 (vinte e três); Nulos = 21 (vinte e um).
177 Foram eleitos os Conselheiros Arlindo Philippi Junior, André Carlos Ponce de Leon
178 Ferreira de Carvalho e Umberto Celli Junior, suplentes da Comissão de Legislação e
179 Recursos. Passa-se às indicações para a **CAA**. O **Cons. Tito José Bonagamba**
180 indica o Conselheiro Alexandre Nolasco de Carvalho. O **Cons. Marcelo de Andrade**
181 **Roméro** indica a Conselheira Margarida Maria Krohling Kunsch. O **Cons. Oswaldo**
182 **Baffa Filho** indica a Conselheira Silvana Martins Mishima. Procedida a eleição e
183 apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado: Conselheiros Silvana Martins
184 Mishima = 87 (oitenta e sete) votos; Alexandre Nolasco de Carvalho = 87 (oitenta e
185 sete) votos; Margarida Maria Krohling Kunsch = 87 (oitenta e sete) votos; Brancos =
186 39 (trinta e nove); Nulos = 12 (doze). Foram eleitos os Conselheiros Silvana Martins
187 Mishima, Alexandre Nolasco de Carvalho e Margarida Maria Krohling Kunsch,
188 suplentes da Comissão de Atividades Acadêmicas. Ato seguinte, o M. Reitor passa
189 ao item 6. **Eleição de três membros docentes para compor a CCAD, tendo em**
190 **vista o término dos mandatos dos Professores Doutores Emma Otta**
191 **(Humanidades), Welington Braz de Carvalho Delitti (Biológicas) e Luiz Nunes**
192 **de Oliveira (Exatas)**. São indicados os Conselheiros Ana Maria Setubal Pires Vanin,
193 da área de Exatas, Sonia Maria Vanzella Castellar da área de Humanidades e Rui
194 Curi da área de Biológicas. Procedida a eleição e apuradas as cédulas, obtém-se o
195 seguinte resultado: Conselheira Ana Maria Setubal Pires Vanin = 85 (oitenta e cinco)
196 votos, para a área de Exatas; Conselheira Sonia Maria Vanzella Castellar = 86
197 (oitenta e seis) votos, para área de Humanidades; e Conselheiro Rui Curi = 86
198 (oitenta e seis) votos, para a área de Biológicas. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao
199 item 7. **Eleição de um membro docente para compor o Conselho Editorial da**
200 **EDUSP, tendo em vista o término do mandato do Prof. Dr. Sedi Hirano**. A
201 Cons.^a Ana Lúcia Duarte Lanna indica a Conselheira Maria Angela Faggini Pereira
202 Leite. Procedida a eleição e apuradas as cédulas é eleita a Conselheira Maria
203 Angela Faggini Pereira Leite, com 90 (noventa) votos, para compor o Conselho
204 Editorial da EDUSP. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao item 8. **Eleição de um**

205 **representante discente de graduação do Co e respectivo suplente, para**
206 **compôr a CAECO.** O **Cons. Guilherme Machado Ribas** indica a Conselheira
207 Gabriela Soldera Ferro, para titular e o Conselheiro Sérgio Mykio Kobayashi, para
208 suplente. Procedida a eleição e apurados os votos, são eleitos os Conselheiros
209 Gabriela Soldera Ferro, com 94 (noventa e quatro) votos e Sérgio Mykio Kobayashi,
210 com 92 (noventa e dois) votos, para compôr a CAECO, como titular e suplente da
211 representação discente de graduação. Nesta oportunidade, o **Cons. Carlos Alberto**
212 **Ferreira Martins** informa que com o término do mandato do Conselheiro Alexandre
213 Pariol Filho, assume o seu lugar na CAECO o Conselheiro Bruno Sperb Rocha, na
214 qualidade de suplente da representação dos servidores técnicos e administrativos.
215 Ato seguinte, o M. Reitor passa a palavra ao **Prof. Dr. Geraldo Roberto Martins da**
216 **Costa**, suplente do Presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio para
217 apresentação da Execução Orçamentária, conforme **ANEXO I** que fica fazendo parte
218 integrante desta Ata. Após a apresentação, a **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli Wada**
219 **Neli** questiona sobre a questão levada à COP sobre o PROFEI e PROFEM, que o
220 Prof. Sigismundo, na qualidade de Presidente da COP ficou de dar um retorno. O
221 **Cons. Geraldo Roberto Martins da Costa** informa que esta questão é um estudo
222 extremamente complexo e que a COP ainda esta trabalhando no assunto, não tendo
223 chegado a uma conclusão ainda. Questiona, também, a **Cons.ª Neli** quanto aos
224 altos salários dos servidores docentes e não docentes, se hoje a Universidade fosse
225 diminuir, qual seria o impacto. O **Cons. Geraldo Roberto Martins da Costa** informa
226 que nenhum servidor recebe mais do que o salário do Governador, desde 2012.
227 Nesta oportunidade, o **M. Reitor** informa que exceto por uma informação que
228 chegou a ele ontem à noite, onde há um conjunto de médicos e enfermeiros que
229 recebem acima do teto, e que providenciará a abertura de sindicância. A **Cons.ª Neli**
230 **Maria Paschoarelli Wada** faz outros questionamentos, sobre a receita, se os
231 salários estão no Portal da Universidade, sendo esclarecida pelo Cons. Geraldo e
232 pelo Prof. Rudinei Toneto Júnior, Coordenador da CODAGE. Ato seguinte, o **Prof.**
233 **Dr. Reinaldo Guerreiro** apresenta a finalização dos trabalhos do GT-Controladoria,
234 conforme **ANEXO II** desta Ata, agradecendo, inicialmente, a todos os membros do
235 Grupo de Trabalho. Ato seguinte, tendo em vista o adiantado da hora, o **M. Reitor**
236 informa que solicitou aos Pró-reitores que deixassem de fazer suas apresentações,
237 passando desde logo a palavra aos Senhores Conselheiros. Os **Conselheiros**
238 **Jefferson Antonio Galves, Luiz Silveira Menna Barreto, Gabriela Soldera Ferro**

239 e **Bruno Sperb Rocha** se manifestam no sentido de solicitar a retirada de pauta do
240 Caderno II. A seguir, o M. Reitor passa à **ORDEM DO DIA. CADERNO I – PARA**
241 **REFERENDAR. 1. PROTOCOLADO 2014.5.872.1.9 – PRÓ-REITORIA DE**
242 **GRADUAÇÃO.** Tabela de vagas para o Concurso Vestibular de 2015. Parecer do
243 CoG: aprova a tabela de vagas constantes de fls. 8/14 (05.06.14). **Parecer da CAA:**
244 o Senhor Presidente aprova, *ad referendum* da Comissão, a tabela de vagas para o
245 concurso Vestibular de 2015, conforme proposta (09.06.14). O Magnífico Reitor
246 aprova, *ad referendum* do Conselho Universitário, a Tabela de vagas para o
247 concurso Vestibular de 2015 (16.06.14). O **Pró-reitor de Graduação Antonio**
248 **Carlos Hernandez** esclarece que, tendo em vista o cancelamento da última data
249 prevista para a reunião do Conselho Universitário e a urgência para o atendimento
250 dos prazos da FUVEST, o Magnífico Reitor aprovou, *ad referendum* do Conselho
251 Universitário, a Tabela de Vagas do Concurso Vestibular para 2015, prestando os
252 demais esclarecimentos necessários referente à matéria. Ninguém querendo fazer
253 uso da palavra, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico,
254 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 94 (noventa e quatro) votos; Não = 0 (zero);
255 Abstenções = 21 (vinte e um); Total de votantes = 115 (cento e quinze). É
256 referendada a decisão do Magnífico Reitor, de aprovação da Tabela de Vagas para
257 o Concurso Vestibular para 2015. **CADERNO II – ALTERAÇÃO DE REGIMENTO**
258 **GERAL. PROTOCOLADO 2014.5.1365.1.3 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.**
259 Vinculação dos Hospitais Universitários ao Gestor Estadual do SUS, por meio de
260 uma autarquia associada à USP. Proposta de supressão dos incisos I e II do artigo
261 8º e inclusão do artigo 263 nas Disposições Gerais do Regimento Geral da USP, em
262 decorrência da transformação do HU e HRAC em Entidades Associadas. Ofício do
263 Chefe de Gabinete, Prof. Dr. José Roberto Drugowich de Felício, ao Procurador
264 Geral, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, solicitando a elaboração de
265 estudo, visando adequar as normas da USP à proposta de alteração do “status” do
266 Hospital Universitário e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais junto
267 à estrutura da Universidade (18.08.14). **Parecer da PG:** com relação ao Estatuto,
268 esclarece que este não elenca quais sejam os órgãos complementares, exceto a
269 menção contida no inciso III, alíneas “a” e “b”, do artigo 21 de suas Disposições
270 Transitórias, não havendo necessidade de qualquer alteração. Com relação ao
271 Regimento Geral, esclarece que este elenca em seu artigo 8º quais são os órgãos
272 complementares da Universidade, a saber, o Hospital Universitário (inciso I) e o

273 Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (inciso II), sendo necessário
274 revogar tais incisos, mantendo-se hígido o caput para a hipótese de, no futuro, a
275 Universidade optar por criar algum(ns) órgão(s) complementar(es). (...) No caso
276 concreto, os atos de transferência dos hospitais para o Estado, quando
277 aperfeiçoados, criarão pessoas jurídicas próprias, dotando-as de personalidade
278 jurídica nova e autônoma da USP, daí porque se faça necessário pensar em um
279 mecanismo jurídico apto e hábil a dotar, desde logo, tais hospitais do status de
280 entidades associadas. Com esse intuito, sugere a inclusão de uma disposição geral
281 ao Regimento Geral, após seu artigo 262, com a seguinte redação: “Artigo 263 –
282 Fica assegurado ao Hospital Universitário e ao Hospital de Reabilitação de
283 Anomalias Craniofaciais a condição de Entidades Associadas à USP, dispensados
284 os requisitos do artigo 10 deste Regimento Geral.” (19.08.14). **Parecer da CLR:**
285 manifesta-se favorável à proposta de alteração do Regimento Geral, acompanhando
286 o parecer do relator, sugerindo modificação na redação proposta do artigo 263, nos
287 seguintes termos: “Artigo 263 – O Hospital Universitário e o Hospital de Reabilitação
288 de Anomalias Craniofaciais integram o elenco de Entidades Associadas, previsto no
289 artigo 14 das Disposições Transitórias do Regimento Geral, dispensados os
290 requisitos de admissão do artigo 10 deste Regimento.” (20.08.14) **Texto atual:**
291 Artigo 8º - São órgãos complementares: I – Hospital Universitário (HU); II – Hospital
292 de Reabilitação das Anomalias Craniofaciais (HRAC). (alterado pela Resolução nº
293 4580/98) **Texto proposto:** Artigo 8º - São órgãos complementares: I – suprimido; II
294 – suprimido. Artigo 263 – O Hospital Universitário e o Hospital de Reabilitação de
295 Anomalias Craniofaciais integram o elenco de Entidades Associadas, previsto no
296 artigo 14 das Disposições Transitórias do Regimento Geral, dispensados os
297 requisitos de admissão do artigo 10 deste Regimento. Minuta de Resolução
298 preparada pela Secretaria Geral. Ao entrar em discussão o **CADERNO II**, o **M.**
299 **Reitor,** assim se manifesta: A identificação de uma situação orçamentária
300 insustentável em longo termo, anunciada já na primeira reunião desse Conselho
301 Universitário, levou a medidas de emergência, como paralização de obras, restrição
302 aos orçamentos da unidade e, mais recentemente, à impossibilidade de oferecer
303 reajuste salarial a docentes e servidores não-docentes, o que teve como resultado
304 uma greve que tem causado grande desconforto a todos e gerado atritos internos.
305 Não sem razão. Mas, mesmo a parcela grandemente predominante da universidade
306 que reconhece que essas medidas de emergência são necessárias questionam: por

307 quanto tempo terão ou poderão ser mantidas? Mesmo que se sustentassem por
308 longo tempo, a correção do desequilíbrio é muito difícil, pois envolve gasto com
309 pessoal. Crescentemente tem havido uma demanda para que a Reitoria proponha
310 medidas para mudar esse quadro e faça uma projeção de qual o resultado esperado
311 e quando poderemos restabelecer a vida universitária normal, com reajustes que pelo
312 menos reponham a inflação e nos permitam por exemplo contratar docentes,
313 necessidade sentida por grande número de dirigentes de unidades. Convém
314 ressaltar que devem ser medidas realistas, factíveis e capazes de ter impacto. Por
315 isso, em conjunto com vários assessores, a reitoria elaborou propostas que tem
316 essas características. As propostas foram previamente discutidas com especialistas
317 e com diretores, para em seguida serem trazidas a esse plenário. Antes disso,
318 pedimos que fossem revistas pelos diretores junto a suas unidades. Essa tramitação
319 não difere daquilo que é tradicional na vida universitária. Assim, passaremos a
320 analisar 3 propostas que têm potencial de modificar nosso quadro orçamentário: a
321 vinculação de nossos dois hospitais, o HU e o HRAC, ao gestor estadual do SUS, ou
322 seja, a Secretaria Estadual da Saúde, e um plano de incentivo à demissão
323 voluntária. Essas propostas serão aqui apresentadas, discutidas, cabendo ao
324 Conselho definir seu destino. Antes de começar a sua análise, deve dizer duas
325 coisas. Em primeiro lugar, a aprovação de medidas desse tipo é indispensável para
326 dar ao Reitor o respaldo necessário para conduzir negociações sobre reajuste
327 salarial que serão retomadas dentro de uma semana. Obviamente que ao Conselho
328 cabe decidir sobre sua aprovação ou não, de imediato. Mas, se rejeitadas, espero
329 que este mesmo Conselho aponte fontes de receitas para garantir à USP sua
330 sobrevivência e ao mesmo tempo sustentar propostas de reajuste salarial ou de
331 benefícios. Se aprovadas, darão ao Reitor fundamento para negociação. Em
332 segundo lugar, tem havido manifestações de que o tempo para análise das
333 propostas foi exíguo. Ora, o tempo urge. Percebo que a vinculação do HU à
334 Secretaria da Saúde tem sido cercada de maior controvérsia, e os estudantes de
335 medicina e de enfermagem temem sofrer algum tipo de prejuízo. Não posso
336 desconsiderar isso, pois o motivo precípua da existência da universidade é o ensino.
337 Prometi trabalhar em consonância com os interesses didáticos dos alunos de
338 graduação, e por isso essa matéria específica será retirada de pauta. Formaremos
339 uma comissão neste conselho para estudar a matéria, propor modificações,
340 sugestões e um processo. Mesmo assim, iniciaremos hoje a discussão, e para isso

341 eu convidei o Professor José Sebastião dos Santos para apresentar um sumário do
342 trabalho que fez, a meu pedido, sobre os dois hospitais, assim como de suas
343 recomendações. Como tudo, pode ser contestado, mas as credencias do Prof.
344 Sebastião o recomendam como um especialista reconhecido na área de gestão de
345 saúde pública e do ensino de medicina a ela vinculada. Quanto ao HRAC,
346 desconheço pleito semelhante por parte dos alunos de Bauru. Ouviremos a Profa.
347 Maria Aparecida sobre a questão e, em seguida, pedirei ao Prof. Vahan que
348 complemente com três informações financeiras a respeito desses Hospitais,
349 particularmente sobre o HU.” **Prof. Dr. José Sebastião dos Santos:**
350 **(Apresentação)** “Vou apresentar um estudo encomendado pelo Prof. Zago, sobre a
351 relação da Universidade com o Sistema Único de Saúde (SUS), uma política pública
352 que está definida há 25 anos e que, no seu contexto, trata das questões da
353 formação e da pesquisa associada à prestação de serviço. Tenho um trabalho
354 profissional e acadêmico nessa área e acho que isso motivou o convite para fazer
355 esse estudo. Apresentarei a relação dos hospitais universitários com a gestão do
356 SUS. Não há a questão de transferência, acho que esse termo está equivocado, na
357 verdade, o que se propõe, por conta de uma experiência já de longa data, é ampliar
358 as relações dos hospitais universitários com o SUS, no sentido de ampliar o seu
359 financiamento e também a discussão da missão desses hospitais na rede
360 assistencial, na perspectiva de transformá-los em um ambiente adequado para a
361 formação e para a pesquisa e não em um laboratório mais artificial. Como
362 introdução, temos um referencial teórico que já é do conhecimento de quem é da
363 área da saúde. Na própria Constituição de 88 se discutiu como os hospitais
364 universitários deveriam se articular com o SUS. Ali está previsto que eles devem
365 integrar o SUS mediante convênio e preservar a autonomia administrativa em
366 relação ao patrimônio e as atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos limites
367 conferidos por quem vai fazer essa cooperação, essa parceria. E essa questão não
368 é nova, em Ribeirão Preto, fizemos essa associação com o SUS. Logo no início, na
369 época, também houve resistência de professores e estudantes, mas percebemos
370 que tínhamos que falar com a política pública que está na Constituição, é uma forma
371 inclusive de nos viabilizarmos. O próprio Hospital das Clínicas de São Paulo,
372 também era uma autarquia e fez essa adesão mais ampliada ao SUS. Esse
373 problema não é recente, a UNESP fez essa discussão em 2011 e seu hospital
374 universitário se transformou em uma autarquia. A UNICAMP também vai ter que

375 fazer essa discussão, é só uma questão de tempo. O próprio governo federal tem
376 tido uma dificuldade de manter seus hospitais universitários. Em 2011, uma lei criou
377 a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que justamente vem
378 tentando adequar o papel dos hospitais universitários que estão ligados às
379 universidades federais. Entendeu-se que as universidades não estavam dando conta
380 de adequar a missão desses hospitais. O objetivo desse estudo era identificar
381 alternativas para ampliar o apoio do SUS aos hospitais universitários da USP.
382 Alguém pode achar que o SUS não funciona, mas temos ilhas de excelência que
383 funcionam muito bem, podemos citar algumas, mas acho que é de conhecimento da
384 maioria sobre os pontos onde o SUS funciona. Por exemplo, se alguém precisar de
385 um transplante, provavelmente vai ter que fazer pelo SUS. Então, o objetivo era
386 esse. Em termos de metodologia, fizemos visitas técnicas a esses hospitais, tanto no
387 Hospital Universitário como no HRAC, em fevereiro e março, respectivamente.
388 Fizemos reuniões com os superintendentes, membros dos Conselhos Deliberativos,
389 diretores, chefes de departamentos e de divisões. Também solicitamos informações
390 que foram enviadas por meio de relatórios, pela administração dos hospitais,
391 trocamos várias comunicações por e-mail e telefone e, finalmente, fizemos, também,
392 uma comparação, porque é óbvio, queríamos saber como é que esses hospitais
393 funcionam em relação aos seus semelhantes, que têm vínculos distintos, mas com a
394 mesma função: formar, pesquisar e prestar assistência ao SUS. Assim, comparamos
395 e tive acesso a esses dados com os hospitais de ensino associados à Faculdade de
396 Medicina, mas vinculados à Secretaria Estadual de Saúde. Temos o Hospital das
397 Clínicas, que atende pessoas com doenças mais graves e é mais complexo que o
398 HRAC e o HU, mas ele se presta muito bem à comparação com os dois hospitais
399 que estão ligados à USP, podendo, de certa forma, nos permitir algumas conclusões
400 interessantes. Em relação aos resultados, tenho alguns dados mais qualitativos,
401 como o organograma do HU e do HRAC, que é vertical, burocrático, com muitas
402 divisões e seções, o que, de certa forma, distancia o planejamento, a gestão e a
403 execução, o que é muito importante para a saúde, não só para a prestação do
404 serviço, mas para o ensino e para a própria pesquisa. São organogramas
405 tradicionais, isso ocorre na maioria dos hospitais mais tradicionais mesmo. Tarefas
406 assistenciais conflitantes com os princípios organizativos do SUS, por conta de estar
407 endógeno, de certa forma protegido na Universidade e não conversar com essa
408 política pública já instituída e com muitas estratégias que vêm sendo

409 implementadas. Algumas tarefas ainda são feitas dentro desses hospitais, por
410 exemplo: o HU tem uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que deveria estar
411 fora do Hospital e, de certa forma, prejudica o próprio ambiente de ensino e
412 pesquisa dele - só para dizer uma tarefa. Esses Hospitais têm necessidade de
413 investimentos na estrutura predial para conferir padrão sanitário, operacional e de
414 segurança. Inclusive, o de Bauru tem um prédio de 11 andares que foi construído -
415 demorou quase 20 anos para se concretizar – e que precisa de adequações para
416 poder operar. A população está cobrando o funcionamento daquele prédio, e com
417 razão, porque é dinheiro público. Também é necessário compor o quadro de
418 pessoal, sobretudo de nível técnico, superior e médio, 113 servidores no HRAC e 87
419 no HU, para manter o andamento atual. E, para funcionar aquele prédio recém-
420 inaugurado do HRAC, serão necessários 422 servidores, ou seja, é uma quantidade
421 grande de pessoas para tocar a rotina. Também trouxe alguns indicadores que
422 comparam a organização desses hospitais, o que está agregado a eles. É preciso
423 ficar atento, pois esses indicadores são muito importantes para nós. Um deles é a
424 relação pessoal/leito em uma ideia de mostrar seu funcionamento, porque a questão
425 de recursos humanos em um hospital é muito importante, além do tecnológico, que
426 às vezes acompanha essa relação. Sobre a relação pessoal/leito nos hospitais
427 universitários, tomei como comparação os hospitais de ensino associados à FMRP,
428 também da USP, mas vinculados à Secretaria de Saúde. Peguei dados de 2013,
429 incluindo plantões, horas extras, servidores terceirizados, porque também são
430 recursos humanos, e usei a mesma metodologia para os dois hospitais. Chama
431 muita atenção o número de servidores/leitos: no HU é 11,5 e no HRAC é 9,3.
432 Inclusive no relatório que encaminhei estava 6,5, porque não tinha ainda a relação
433 de todos os servidores e não estava incluindo os terceirizados. Nos hospitais
434 estaduais, que são de média complexidade, ou seja, com perfil de atuação muito
435 semelhante aos dois que citei anteriormente, ligados à Universidade, a média de
436 servidor/leito é 5,9 e no HC, que cuida de pessoas mais graves e, em tese,
437 precisaria de mais recursos humanos e mais tecnologia, a média é 7,5.” Um
438 **Conselheiro** pergunta, fora do microfone, qual é o número considerado ideal. **Prof.**
439 **Dr. José Sebastião dos Santos**: “Esses hospitais, tanto do ponto de vista de dados
440 quantitativos, quanto dos qualitativos, têm um papel muito parecido perante a
441 sociedade. Para se ter uma ideia, os dois hospitais estaduais, um de Ribeirão Preto
442 e outro de Américo Brasiliense, além dos indicadores assistenciais, mas perante a

443 população, foram escolhidos como melhores hospitais em uma pesquisa que o
444 governo estadual faz. E nós estamos lá. Existe um compromisso, não só dos
445 profissionais que estão no HU e no HRAC, nós, professores, estamos nos hospitais
446 estaduais e no HC também; e, obviamente, temos a preocupação de acompanhar os
447 indicadores assistenciais. Posso lhe assegurar que, do ponto de vista de qualidade
448 da assistência, não temos diferença entre esses hospitais; inclusive com relação às
449 atribuições, a questão do ensino e da pesquisa.” Um **Conselheiro** pergunta, fora do
450 microfone, se incluem terceirizados. **Prof. Dr. José Sebastião dos Santos:**
451 “Incluem, nas quatro instituições.” **M. Reitor:** “Há um certo tempo tive que fazer duas
452 cirurgias e escolhi esses hospitais menores, por causa da qualidade. Fui operado e
453 muito bem atendido.” Um **Conselheiro** pergunta, fora do microfone, se esse hospital
454 é da Faculdade. **M. Reitor:** “Ele é ligado à Faculdade, é um hospital menor.” **Prof.**
455 **Dr. José Sebastião dos Santos:** “Todos esses hospitais estão ligados à
456 Universidade, só que os hospitais estaduais e o HC estão ligados
457 administrativamente à Secretaria de Estado. Há este outro indicador, que também
458 dá uma ideia de como operam esses hospitais, a taxa de ocupação. Por exemplo, no
459 HU ela é de 80%; no HRAC é menor, 58%; nos estaduais, em torno de 67%; e no
460 HC é de 80%. O ideal é ter uma taxa de ocupação de 85%. Inclusive, o HU tem uma
461 taxa de ocupação mais elevada em comparação com os outros hospitais de
462 complexidade parecida, por conta do pronto atendimento que, de certa forma,
463 pressiona, mas eles operam com taxas de ocupação dentro do esperado, para
464 responder àquilo que o senhor colocou. Apareceu nos jornais que esses hospitais
465 ligados à Secretaria não serviriam para o ensino, porque estão mais ligados à
466 assistência, mas isso não é verdade. Quem gerencia o cotidiano desses hospitais é
467 a própria USP, que prioriza, planeja e cuida desses indicadores. Temos aqui um
468 indicador acadêmico, que é o coeficiente de graduandos e pós-graduandos *lato e*
469 *stricto sensu* por leito nesses hospitais, sempre mantendo a lógica. Às vezes, junto
470 ao Complexo HC e hospitais estaduais, por conta do conjunto de informações, mas
471 é no HU que temos uma proporção estudantes de graduação alta por leito, porque
472 me parece que é o hospital preferencial para graduação, apesar de que ali também
473 tem uma grande proporção de especialistas e pós-graduandos. Em relação ao
474 HRAC e o HC, observamos uma proporção de utilização menor do HRAC por
475 estudantes de graduação, se comparado com o HC e o HU. A próxima tela é outro
476 indicador acadêmico sobre artigo científico, dissertação e tese de doutorado

477 produzidos por leito nesses hospitais, mostrando que, de certa forma, eles são
478 equivalentes, todos se envolvem com essas tarefas. Por exemplo, no HU a produção
479 de artigos é menor, mas tem grande envolvimento com produção de dissertação e
480 teses. Já no HRAC, o envolvimento com a produção de artigos é maior, sendo um
481 pouco menos de teses, e no complexo HC uma produção também mais destacada
482 de artigos. Embora tenham vinculações distintas à governança dada pela
483 Universidade, são hospitais em que graduandos e pós-graduandos, *sensu lato* e
484 *sensu stricto*, estão presentes, produzindo conhecimento. Nesta tela estão as
485 despesas de 2013 em percentual com pessoal, investimento e custeio desses
486 hospitais e do Complexo ligado à FM, vinculado à Secretaria. Podemos observar
487 que no HU e no HRAC, as despesas com pessoal são mais elevadas do que no
488 Complexo HC, chegando a 79%; e no HC, em torno de 63%. Então, os dois
489 hospitais universitários têm um comprometimento maior de suas receitas com
490 pessoal. Nesta tela está a composição da receita, mostrando que no HU e no HRAC,
491 grande parte da receita sai da USP. O HU tem uma contribuição pequena do SUS,
492 em torno de 6%, e o HRAC, por ser dedicado a uma especialidade, é muito
493 demandado pelo Sistema de Saúde e acaba tendo uma contribuição maior. E isso é
494 justamente o foco da questão, a expectativa é obter mais financiamento do SUS,
495 obviamente, falar com essas políticas públicas. No complexo HC, praticamente não
496 temos financiamento da USP, a não ser os professores de Medicina, que dão uma
497 contribuição, mas não consegui contabilizar isso. Inclusive, por essa contribuição,
498 temos uma suplementação e parte disso vem para a Universidade. Mas o grande
499 financiador do Complexo HC é o orçamento do Governo do Estado, são hospitais
500 orçamentados. E vejam que o faturamento junto ao SUS tem uma contribuição que
501 dá em torno de 25%, mas, sem dúvida, são autarquias e elas têm orçamento
502 próprio. Nesta tela temos este dado, que acho impactante, mas representa os dois
503 mundos em que estamos operando. De certa forma, são instituições que têm a
504 mesma finalidade, o mesmo desempenho assistencial, formam recursos humanos,
505 produzem pesquisa, mas elas têm universos muito diferentes. Nesta tela mostra
506 quanto custa o leito/ano nos hospitais universitários e nos hospitais de ensino
507 vinculados à Secretaria Estadual e à FM: em torno de R\$ 1.477.000,00 por ano, em
508 cada um dos hospitais universitários da USP. Nos hospitais estaduais o custo é
509 menor, cerca de R\$ 630.000,00 por ano; e no HC, que é um hospital terciário, que
510 lida com casos mais complexos, em torno de R\$ 640.000,00 por ano, uma diferença

511 muito grande. Quem estuda isso, só reforça o conceito de que essas diferenças são
512 muito gritantes. Considerando a experiência exitosa e já consolidada da associação
513 dos Hospitais das Clínicas de São Paulo e de Ribeirão Preto às respectivas
514 Faculdades de Medicina e a vinculação administrativa, por meio de autarquia ligada
515 à Secretaria Estadual de Saúde e também, a relação custo/efetividade dos hospitais
516 universitários, não precisamos fazer um grande curso de economia para mostrar que
517 essa relação custo/efetividade está muito desequilibrada. Além disso, existe a
518 necessidade de interação dos espaços de formação e pesquisa com as estratégias
519 das políticas públicas nesse caso de saúde. Não dá para formar profissionais em um
520 ambiente tão artificial, porque mesmo no público, no filantrópico ou no privado, esse
521 ambiente, provavelmente, não se reproduz. Temos que formar mais vinculado ao
522 que existe no mundo real. Acho que quem faz uma formação mais profissionalizante
523 tem que ter isso em mente, quero dizer, formar um profissional que converse com a
524 realidade - e aqui estamos falando das políticas públicas, não só de saúde, mas de
525 educação, ciência e tecnologia e assim por diante. Com essas considerações,
526 fizemos algumas recomendações, vincular o HU da USP ao HC, porque já existe,
527 operacionalmente, uma aproximação muito grande - o próprio presidente do
528 Conselho Deliberativo do HU é o Diretor da FM, que também é o Presidente do
529 Conselho Deliberativo do HC - com preservação da governança pela USP e a
530 perspectiva de garantir os arranjos gerenciais, administrativos e operacionais
531 exitosos, ou seja, garantir o que já existe. Ninguém vai fazer nenhuma mudança,
532 aliás, estamos buscando um apoio no Governo para financiar esses hospitais, mas,
533 como o Prof. Zago disse, é claro que o Governo vai querer saber como estamos
534 utilizando esse recurso, como faz com Ribeirão Preto. Os hospitais estaduais têm
535 que prestar contas a cada três meses dos seus indicadores, ver as metas e
536 precisamos formar os estudantes com essa perspectiva. Saúde não tem preço, mas
537 ela tem custo. É necessário favorecer maior aproximação com outras unidades de
538 ensino da Universidade, pois percebemos que os hospitais são espaços para
539 maioria dos cursos que a USP oferece e têm cursos que não frequentam os
540 hospitais durante a formação, o que é lamentável. E a outra recomendação é a
541 transformação do HRAC em autarquia especial vinculada administrativamente à
542 Secretaria de Estado e associada à USP mediante convênio com a interveniência da
543 FOB, porque é a Unidade de Ensino que existe naquele *Campus*, mantendo a
544 atribuição de centro de referência em afecções craniofaciais, mas com a perspectiva

545 de atender demandas loco-regionais de formação de profissionais e, também, de
546 atenção à saúde. Existe uma demanda para que aquele *Campus* se envolva com
547 isso. Realmente, não entendo como é que foi construído um hospital sem ter essa
548 vinculação com unidades de ensino; a vinculação que existe é muito pequena. Nesta
549 tela, para finalizar, seria a transferência, no curto prazo, das despesas de custeios,
550 contrato com terceiros, investimentos e novas contratações de pessoal para as
551 autarquias associadas. É obvio que ninguém aqui vai colocar que os funcionários
552 que estão nesses hospitais serão demitidos, eles continuarão como funcionários da
553 USP, podendo continuar atuando na autarquia, porque vai existir um convênio, ou
554 então ser lotado nas unidades de ensino. E ficará o desafio político para o Reitor, se
555 isso for implementado, de discutir com o Governador, enquanto os recursos
556 humanos da USP estiverem mantendo esses hospitais, para que esse recurso, que
557 deve estar previsto na autarquia, seja portado à USP. Em linhas gerais, é isso. Acho
558 que esse trabalho só reforçou um conceito que já tínhamos, de que hospitais têm
559 que estar ligados a uma rede assistencial que é operada pelo SUS. O SUS não é
560 sistema estatal de saúde, ele cuida do filantrópico e do privado. Não tem hospital
561 privado que não seja autorizado pela vigilância sanitária, que é pública. Essa
562 interface é muito importante e penso que essa sugestão, essa proposta, não é por
563 conta da crise econômica ou financeira, na verdade ela é estruturante, isso já devia
564 ter sido feito há muito tempo, desde que a Constituição de 88 foi implementada.
565 Demoramos para fazer isso porque, provavelmente, vivíamos em um conforto maior,
566 mas o Governo Federal já percebeu que precisa tratar os hospitais universitários de
567 uma forma diferente. A própria UNESP já percebeu que fica muito difícil mantê-lo do
568 jeito que está. Em linhas gerais era isso que eu tinha para apresentar. Muito
569 obrigado.” **M. Reitor:** “Agradecemos muito o Prof. José Sebastião. Se alguém tiver
570 dúvidas factuais, poderão esclarecer. Tenho certeza de que o Prof. Sebastião não
571 se negará a cooperar com a Comissão que irá examinar essa questão e debater os
572 aspectos conceituais envolvidos. Pergunto ao Prof. Sebastião se podemos
573 disponibilizar esta apresentação. Estando o Professor de acordo, será
574 disponibilizado. Ainda como parte disso e como disse ontem a noite, fui
575 surpreendido com a informação de que, naquele hospital, o limite constitucional não
576 estava sendo respeitado, no que diz respeito a salários e, portanto, pedi para o Prof.
577 Vahan que completasse essa apresentação com algumas informações, que poderão
578 ser mais exploradas futuramente, dentro desse debate. Antes, porém, gostaria de

579 lembrar duas coisas. Primeiro, o Prof. José Sebastião disse que, quando essa
580 transferência foi feita em Ribeirão Preto, houve muita resistência e eu fazia parte
581 dessa resistência. Claro, vivíamos em um mundo e, de repente, aparece um pessoal
582 falando uma coisa completamente diferente e dizendo que a Universidade não
583 poderia ficar mais fechada como era, que tínhamos que nos relacionar com o resto
584 do mundo e com o Sistema de Saúde do qual nós, professores, desconfiávamos
585 muito da sua gestão, do seu futuro. Isso foi, aproximadamente, há 25 anos, depois
586 da aprovação da Constituição. E, felizmente, os outros venceram, porque a
587 qualidade da assistência médica, as condições para ensino e para pesquisa naquele
588 hospital melhoraram enormemente ao longo desses anos, permitindo ensinar
589 Medicina e ter um centro de pesquisa em um hospital moderno. O segundo
590 comentário que queria fazer é que aqueles que acompanham as questões
591 relacionadas à saúde sabem que o *Lancet* é, provavelmente, a revista mais
592 respeitada nesta área - ela e aquelas dela derivadas. E o grupo *Lancet* publicou um
593 estudo sobre os novos desafios do ensino da Medicina no mundo, chamando
594 atenção, de uma maneira muito interessante, sobre o ensino da Medicina moderno,
595 científico - que não tem tanto tempo assim, de fato, ele se estruturou e começou no
596 início do século XX e tomou um formato muito claro depois do relatório Flexner - que
597 passou por duas fases e, agora, se encontra em uma terceira fase. A primeira delas
598 foi uma Medicina baseada na ciência, já que antes era baseada em preconceitos,
599 em ideias, em rituais e coisas desse tipo. Foi a partir da Primeira Guerra Mundial que
600 a Medicina passou a ser baseada na ciência, passamos a medir coisas no sangue,
601 nos tecidos, fazer exames e daí tirar conclusões. Essa foi a primeira grande reforma
602 no ensino da Medicina. A segunda, ocorreu na época em que começou essa
603 organização do SUS no Brasil, e correspondeu a uma mudança no sentido de que a
604 Medicina poderia ser mais personalizada do que o tratamento; o cuidado com a
605 saúde não era um ato exclusivo do médico, deveria partir de uma equipe,
606 trabalhando em conjunto, mas essa etapa também já foi vencida. E agora, o que se
607 torna crítico no mundo é exatamente a questão dos sistemas de saúde e o
608 treinamento do estudante dentro desses sistemas e não em sistemas sequestrados,
609 absolutamente artificiais, no sentido daquilo que ele vai encontrar na vida prática.
610 Todos sentimos isso no Brasil, nossa principal dificuldade é fazer com que nosso
611 aluno, muito bem informado que seja a respeito de como se trata uma síndrome
612 respiratória de estresse ou qualquer coisa desse tipo, saiba atuar dentro do Sistema

613 de Saúde. Não é sem motivo, embora os aspectos políticos eleitorais possam ser
614 levantados por alguns, que o governo brasileiro tenha ido buscar médicos em outros
615 países, não é só por essa causa, obviamente, existem muitas outras e, até admito,
616 de natureza política como alguns levantaram. Mas temos um problema, que é a
617 formação do nosso médico dentro do Sistema de Saúde, que é onde ele deve atuar.
618 Sugiro que pensem, tudo isso são elementos para aquilo que vamos pensar.” **Vice-**
619 **Reitor:** “Não sou médico e nem da área da Saúde, apenas vim dar algumas
620 informações que o M. Reitor solicitou. A primeira preocupação que tínhamos é se,
621 particularmente, o HU estava com problemas salariais, se havia algum problema de
622 desequilíbrio e foi constatado que não. De fato, nos últimos quatro anos, esses são
623 os salários médios, básicos dos nossos funcionários. Tanto funcionário de nível
624 básico, nível técnico e nível superior tiveram uma atualização bastante marcante.
625 Outro aspecto era se o salário do HU estava muito defasado - que não adianta você
626 ter um aumento muito grande de um salário que era muito baixo – em relação aos
627 outros hospitais. A CODAGE teve a paciência de levantar os dados do cadastro
628 geral de empregados e desempregados e comparado com esse cadastro geral, que
629 é a média que se pratica na região da grande São Paulo, os valores eram mínimos,
630 tão baixos que preferimos não adotar o valor desse cadastro, que inclui funcionários
631 dos hospitais públicos e privados. Como os valores eram muito baixos, até
632 desconfiamos que talvez fossem alguns funcionários de outros regimes, então
633 resolvemos comparar o HU com o HC, que é superior aos hospitais das capitais,
634 porque tem um complemento, um apoio da Fundação da Faculdade de Medicina.
635 Então reparem que nossos salários básicos (iniciais, máximos e a média) estão bem
636 acima que os praticados pelo HC da capital. Esses são salários que não incluem os
637 cargos. Esse valor do HC inclui o complemento, não é o que ganha um funcionário
638 estadual dos outros hospitais.” **M. Reitor:** “Explique que o dado do HC é uma média
639 e deve ser comparado com a coluna média, que é dado do HU.” **Vice-Reitor:** “O HC
640 também é média. Sim, tem que comparar a média do HC com coluna da média do
641 HU. O dado do HC tem que ser comparado com a coluna que está ao lado dele,
642 ‘Média’.” **M. Reitor:** “As colunas ‘Inicial, Máxima e Média’ são de dados do HU e a
643 última coluna ‘HC’, é uma média. Vejam que a média do HC é menor que o inicial do
644 HU. Aproximadamente a metade.” **Vice-Reitor:** “O Professor Zago e eu ficamos
645 extremamente surpresos quando constatamos que, no que se refere aos médicos do
646 HU, o máximo estava acima do máximo do Estado, pois estava vinculado às horas

647 médicas. Os médicos trabalham 24 horas, não são 40 horas. É importante frisar que
648 a linha respectiva aos médicos é de 24 horas. Desta forma, percebemos – pois era
649 uma preocupação nossa – que estes R\$ 28 mil correspondem ao salário formal, mas
650 com adicionais, como as folhas complementares, este salário pode chegar a R\$ 55
651 mil. No mês de abril de 2014, dos 370 médicos - e a Conselheira Neli tem toda razão
652 - 155 estão acima do limite do Estado.” **M. Reitor:** “Os salários acima do teto foram
653 cortados em toda a Universidade, com exceção dos médicos do HU. A respeito dos
654 docentes, por exemplo, não existe nenhum docente recebendo acima do limite
655 constitucional.” **Vice-Reitor:** “Eram 155 médicos no mês de abril. Percebemos que
656 existem folhas adicionais e mais de 40 recebem mais de R\$ 30 mil com os plantões
657 incluídos. Outro dado importante diz respeito à via crítica, ou seja, se os hospitais
658 são um peso muito grande ou não, apesar destes dados serem distribuídos em
659 todas as reuniões do Conselho Universitário desde que eu participo há 10 anos, é
660 bom nós retomarmos. Estamos comparando os custos, inclusive de custeio, por
661 exemplo, do HU em relação à Faculdade de Medicina, o custeio do HU é duas vezes
662 e meia o da própria Faculdade de Medicina. O custeio do HU corresponde a uma
663 vez e meia o da POLI, unidade que possui um alto valor de custeio. Na última
664 reunião de diretores questionou-se o motivo de não estarmos nos preocupando com
665 os Museus. Ocorre que os quatro Museus juntos possuem um custo inferior, levando
666 em conta que os Museus tem uma atividade muito importante para nós, bem como
667 os Hospitais. Desta forma, não se trata de entidades periféricas, mas possuem uma
668 atividade de ensino e pesquisa tão importante quanto a dos nossos hospitais. Eram
669 estes dados que o Professor Zago gostaria que fossem expostos. Apenas ressalto
670 uma outra informação a respeito do HU: atualmente pagamos 93,2% dos custos do
671 HU, o SUS paga só 6,8%, apesar de o atendimento SUS em internações ser de 88%
672 e o atendimento SUS em consultas ser de 81%. A USP paga, ao contrário, 93,2%.
673 Este é um dado muito importante. Muito obrigado.” **M. Reitor:** “Obrigado Prof.
674 Vahan. Fui informado de que existe um grupo de pessoas se movimentando para
675 invadir este plenário e impedir que continuemos tratando civilizadamente os
676 assuntos da universidade. Desde já fica convocada uma reunião do Conselho
677 Universitário para a próxima terça-feira, dia 2 de setembro. Se formos impedidos
678 agora, continuaremos da onde paramos, caso contrário, ou seja, se chegarmos até o
679 fim desta sessão, assim mesmo esta reunião será convocada, sendo reunião
680 extraordinária por um motivo que, havendo tempo e chegarmos até lá, poderei dizer,

681 porque de agora para frente todas as decisões relativas à questão financeira desta
682 Universidade serão decididas por este Plenário. O Reitor não é a favor nem contra
683 dar aumentos. O Reitor vai ouvir este plenário.” **Cons. Antonio Marcos de Aguirra**
684 **Massola: (questão de ordem)** “O Professor Vahan comentou a respeito de quanto
685 que gastamos no HU e quanto que o SUS paga. Este dado é muito importante,
686 porque a Universidade de São Paulo está pagando o atendimento de toda a região
687 oeste de São Paulo. Então, queria que o Professor Vahan repetisse o percentual
688 que isso monta.” **Vice-Reitor:** “O SUS nos repassa 6,8% dos nossos gastos. Em
689 2013 recebemos do SUS R\$ 20.686.562,00.” **M. Reitor:** “Dado que confirma o que
690 o Prof. Sebastião falou.” **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada: (questão de ordem)**
691 “Quero esclarecer que nenhuma pessoa no HU e no HRAC fica sem faturar a sua
692 cabeça quando lá chega. Nós chegamos, apresentamos o RG -primeiro atendimento
693 é esse, posso estar morrendo, morro na maca e meu pai, minha mãe ou alguém vai
694 lá, apresenta o RG e assina, até mesmo de ser atendida. Estou recebendo
695 atendimento via SUS, portanto não fica nenhum paciente sem ser faturado pelo SUS
696 e, muitas vezes, somos até faturados e dispensados sem o devido atendimento.
697 Portanto, a fatura SUS corresponde, sim, ao número de atendimentos. O que ocorre
698 é que na fatura SUS, os valores dos procedimentos médicos e de exames são
699 muitíssimo baixos, chegando uma anestesia a custar R\$ 51 reais.” **M. Reitor:** “No
700 entanto, o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto é rodado apenas com recursos,
701 essencialmente, que vem do Estado e do SUS. Agora, para completar os dados
702 financeiros, tenho alguns dados que certamente interessam a todos os diretores
703 presentes, mais até que os representantes de Congregação. No ano de 2013, a
704 Universidade de São Paulo gastou com suas 42 unidades de ensino, R\$ 2 bilhões e
705 285 milhões de reais para Pessoal. Com os dois hospitais, gastou R\$ 337 milhões,
706 ou seja, 14%. Custeio em 2013, a Universidade de São Paulo gastou com as suas
707 42 unidades de ensino, R\$ 212 milhões, com os dois hospitais, R\$ 57 milhões, ou
708 seja 27%.” **Cons.^a Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado:** “Gostaria de
709 falar um pouco a respeito do HRAC, a fim de traçar um breve histórico. Comecei
710 minha carreira profissional – e a Neli é testemunha disto, porque trabalhei com ela –
711 nesta Instituição, trabalhei oito anos ao todo, dois anos como residente e seis anos
712 como odontopediatra do hospital, portanto vivi 40 horas semanais, durante todos
713 estes anos, intensamente o HRAC. Obviamente que mudanças ocorreram. Já no
714 ano de 1986, o Superintendente da época, Professor José Alberto de Souza Freitas,

715 tentou transformar o Centrinho em uma autarquia especial. Era o início da
716 construção do prédio – o famoso “Predião” – e ele já vislumbrava dificuldades para a
717 Universidade realizar a sustentabilidade daquela estrutura, sendo que na época ele
718 já vislumbrava um hospital para o atendimento de crianças cardiopatas. Naquele
719 período não houve entendimento do Conselho Universitário, assim, ele não pôde
720 apresentar a proposta, que ficou arquivada. Desta forma, o que o Prof. Sebastião
721 falou neste Conselho – e isto talvez coincida com a época na qual o HC de Ribeirão
722 tomou a iniciativa de se transformar em uma autarquia especial – naquela época o
723 Doutor Gastão já possuía esta ideia, vislumbrando e conhecendo os trâmites, como
724 conhecia muito bem esta Universidade, e sabendo que poderíamos chegar no
725 momento que chegamos hoje. Quero dizer para os Conselheiros Bruno e Gabriela,
726 que conversamos amplamente com a nossa comunidade, colocamos todas as
727 questões que nos foram aportadas e dia 15 de agosto tivemos uma reunião entre os
728 dirigentes e o M. Reitor. Na segunda-feira, após essa reunião, a superintendente
729 passou em todas as chefias, reuni-me com meus funcionários, meus professores,
730 depois com meus alunos e passei a situação da Universidade e quais seriam as
731 possíveis condições que iríamos discutir neste Conselho para soluções - e também
732 cobramos o Reitor sobre isso, pois falamos de problemas. Mas qual o caminho
733 deveríamos tomar para tentar solucionar? Ver uma luz no fim do túnel? Reunimos o
734 Conselho Deliberativo no dia 20 de agosto, convidamos o Professor Sebastião,
735 fizemos um Conselho Deliberativo estendido, onde todas as chefias e diretores de
736 divisão estavam presentes. O Conselho Deliberativo é composto por 15 membros,
737 apenas dois faltaram, no caso o Representante da Faculdade de Odontologia de
738 São Paulo e o representante da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto. O
739 Doutor Sebastião fez a mesma explanação que fez aqui para o nosso Conselho e
740 para os Diretores de Divisão. E o Conselho, por unanimidade, entendeu que não há
741 outra saída para o HRAC que não seja dar um voto de confiança para esta gestão
742 reitoral, buscar uma saída, mas queremos preservar aquilo que o Centrinho tem de
743 melhor, que é a excelência no atendimento de pacientes portadores de lesões lábio
744 palato e síndromes associadas e os deficientes auditivos, que são atendimentos de
745 excelência, reconhecidos pelo SUS; tanto que está havendo uma regulação, por
746 parte do SUS, nesses quesitos e o Centrinho é o Hospital de referência. De forma
747 que a posição que trago do Conselho Deliberativo é que apoiamos, sim, essa
748 iniciativa, vamos conversar. O M. Reitor já sinalizou que estaremos em uma

749 comissão, discutindo junto à Secretaria, mas que também neste período, que haja
750 condições de termos uma governabilidade, pois hoje, como o Professor Sebastião
751 mostrou, há a falta de 113 posições no Hospital, que são fundamentais para o
752 andamento. Inclusive, isso impacta na nossa pactuação com o SUS, Conselheira
753 Neli. A pactuação do SUS não é por paciente atendido, é por procedimento. Então, o
754 paciente pode ser atendido - vivemos isso na nossa Clínica de Fono, a Professora
755 Simone Hage está aqui para testemunhar - para colocar um aparelho auditivo e só
756 recebo do SUS se, efetivamente, ele receber um aparelho auditivo. Se ele apenas
757 preencher a ficha e não receber o aparelho auditivo, atendi, perdi um tempo com os
758 diversos funcionários para atender aquele paciente e não recebi o dinheiro do SUS.
759 Então, há uma pactuação, inclusive na sexta-feira passada, a Superintendente do
760 Hospital, Regina Amantini, foi chamada pela Diretoria da DRS6, que faz a gestão do
761 SUS na nossa região, cobrando o Centrinho, porque não está atingindo o teto. De
762 forma que temos que ter algum caminho e o Conselho Deliberativo - de 15 membros
763 com 13 votantes - unanimemente, apoiou essa posição. Essa é a posição do
764 Centrinho. Apresentei, igualmente, as posições para a Congregação da FOB, com
765 relação à questão dos hospitais - debatemos mais em relação ao Centrinho, pois é o
766 que está mais próximo, o HU nos pareceu uma situação diferente – e recebemos
767 apoio, havendo apenas com um voto de abstenção. Nossa Congregação tem 37
768 membros, havia 31 nessa oportunidade, os quais votaram favorável às medidas,
769 havendo apenas uma abstenção na questão dos hospitais. As outras medidas, a
770 Congregação da FOB está apoiando. E, claro, queremos conversar durante esse
771 período de negociação, sabemos que não é uma coisa de hoje para amanhã,
772 sabemos que vai demandar negociações, mas queremos, sim, conversar, pois não
773 estamos pensando na minha gestão ou na gestão do Professor Zago, estamos
774 pensando na continuidade da Universidade como ela é, e na preservação para os
775 estudantes. Afinal, a atividade fim da nossa Universidade é a formação de
776 profissionais para a sociedade. Foi isso que levou o nome da USP onde está hoje e
777 temos consciência disso. Eu e nossa comunidade estamos aqui para isso.” **M.**
778 **Reitor:** “Obrigado. Vou abrir para discussão, lembrando que o assunto em
779 discussão é a vinculação do HRAC ao Gestor Estadual do SUS. HU não vamos mais
780 discutir, porque é absolutamente desnecessário, visto que esse processo vai
781 caminhar separadamente, teremos formação ainda hoje de uma comissão para
782 acompanhar este processo e trazer propostas de novo a este Conselho

783 Universitário. No caso do HRAC, em havendo aprovação, também formaremos uma
784 comissão para acompanhamento até que esta negociação se encerre
785 favoravelmente, com satisfação de todas as partes, o que não quer dizer que será
786 em uma semana ou em um mês.” **Secretário Geral:** “Tínhamos algumas inscrições,
787 mas dentro dessa perspectiva que seria para discutir o HRAC, pergunto, Prof. Diná,
788 gostaria de se manifestar?” **Cons.^a Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz:**
789 “Acho que precisamos ouvir a posição do que ocorre no HRAC. Parece-me que as
790 situações são bastante diferentes, no que diz respeito ao HU e gostaria de
791 manifestar, também, minha satisfação em relação à retirada de pauta deste assunto,
792 porque conforme já tenho me manifestado nas reuniões dos dirigentes, precisamos
793 analisar esse assunto de uma forma contextual, isso significa ter um plano conjunto
794 de como vamos enfrentar nossas dificuldades financeiras, e não com soluções
795 pontuais, que não conseguimos sequer avaliar o real impacto delas no conjunto todo
796 das atividades acadêmicas da Universidade.” **Cons.^a Maria Amélia de Campos**
797 **Oliveira:** “Estou muito honrada e muito satisfeita de integrar este Conselho,
798 representando a Congregação da Escola de Enfermagem. Lamento que sejam
799 tempos tão açodados, mas são esses tempos que testam nossa têmpera e nossa
800 temperança. Cumprimento e agradeço que esse assunto do HU seja retirado de
801 pauta, para que com temperança e serenidade, possamos examinar. Acho que são
802 situações distintas, a oportunidade de debatê-las com calma será prudente e isso é
803 uma virtude que aprecio bastante. Aproveito para fazer dois pequenos reparos: na
804 fala do Professor Vahan, percebi que 88% dos atendimentos do HU já são SUS.
805 Então, temos um hospital totalmente integrado ao Sistema Único de Saúde. Não
806 está integrado, talvez, fazendo jus aos repasses que ele mereceria para isso, e acho
807 que precisamos ser diligentes nessa direção. A apresentação do Professor
808 Sebastião deixou muito claro, na minha percepção, que precisamos de um
809 economista da saúde. Na minha opinião, temos especialistas em economia da
810 saúde nesta Universidade que poderiam ser muito úteis na discussão que faremos
811 na comissão que será constituída.” **Cons.^a Silvana Martins Mishima:** “Trago
812 algumas preocupações da Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão
813 Preto, mas não vou me alongar nelas, uma vez que a principal preocupação era o
814 HU. Mas, uma preocupação trazida pela Congregação da Escola, diz respeito a
815 termos uma análise um pouco mais detalhada em relação ao impacto dessas
816 medidas, pois embora os relatórios e a apresentação de hoje tenham contemplado

817 algumas informações solicitadas pela nossa Congregação, algumas outras, como
818 por exemplo, jornada de trabalho e salário, poderia ter sido contempladas em um
819 quadro melhor para análise. Então, gostaria de insistir na questão do impacto, tanto
820 da folha, como das medidas mais gerais em relação à transferência dos hospitais.”

821 **Cons. Marcos Nogueira Martins:** “Sou representante da Congregação do Instituto
822 de Física, mas também sou vice-diretor e hoje estou aqui com dois chapéus, porque
823 o Professor Adalberto Fazzio não pode estar presente. Tenho duas dúvidas que se
824 referem também ao HU e ao HRAC, mas embora o HU será objeto dessa comissão,
825 gostaria de externar as minhas dúvidas, pois acho que elas são pertinentes. Tem a
826 ver com as apresentações que foram feitas. Por exemplo, o HU, pelo que pude
827 perceber, gasta 80% do orçamento em salários e 20% em custeio. Na eventual
828 passagem do HU para a Secretaria da Saúde, os servidores que são da USP - os
829 80% do gasto que a USP tem hoje com o HU - se essa transferência não for bem
830 negociada e, como dizia minha avó, 'o demônio mora nos detalhes', e esses
831 detalhes é que vão definir se vamos ou não continuar gastando 80% do que
832 gastamos hoje sem o HU ou sem o HRAC, qualquer que seja o hospital. Gostaria de
833 ver essa pergunta respondida, ou seja, como vamos, eventualmente, nos livrar
834 desses 80% do custo do Hospital. A outra coisa refere-se à questão do ensino,
835 porque é importante que os nossos estudantes de Medicina aprendam em uma
836 situação real, da condição do atendimento à saúde no país. Também ouvi o
837 Professor Sebastião se referindo aos hospitais de Ribeirão Preto, que o Hospital das
838 Clínicas e alguns outros são ilhas de excelência, então vamos trocar o HU por uma
839 ilha de excelência no SUS, e nossos estudantes vão continuar sendo treinados em
840 um lugar que não corresponde à realidade da saúde no Brasil. A pergunta que faço
841 é: queremos mesmo que eles aprendam na situação de falência que está a saúde
842 no Brasil ou queremos manter as ilhas de excelência? Isso faz parte dessa resposta
843 também.” **M. Reitor:** “Como disse, vamos procurar restringir a discussão ao HRAC,
844 porque esta é a questão que está em discussão para votação. A questão da
845 economia tem que ser vista de dois pontos de vista. Em primeiro lugar é que as
846 medidas propostas visam a fornecer resultados imediatos, como por exemplo, o
847 Plano de Incentivo à Demissão Voluntária e outros que produzirão efeito que vai se
848 acentuando ao longo do tempo. No entanto, se não começarmos em algum
849 momento, eles nunca produzirão efeito, isto é, temos que começar agora para
850 termos efeito dentro de um ano, dois anos, três anos. Porém, a economia, em

851 primeiro lugar, é imediata no que diz respeito a material de consumo, como por
852 exemplo, serviços terceirizados, contratos. Por exemplo, compramos fraldas com
853 recursos da Universidade, compramos luvas, antibióticos, soros e coisas desta
854 ordem. Isso é necessário para o atendimento à saúde, mas a questão seria: é para
855 isso que o Governo do Estado passa recursos para a Universidade de São Paulo ou
856 esta deveria ser uma função da Secretaria da Saúde do SUS? Então, ficaríamos
857 livres, de imediato, dessas despesas que nada têm a ver com a função imediata da
858 Universidade como tal. Em segundo lugar, temos que considerar não só as
859 despesas com o pessoal presente, mas aquelas que se fazem e pressionam sobre a
860 Universidade, como por exemplo, 500 ou 550 contratações necessárias em Bauru.
861 Disse e vou repetir, que não faremos 550 contratações de pessoal para aquele
862 hospital; sinto muito, por mais necessárias que sejam, porque quando pudermos,
863 contrataremos 550 professores para a Universidade de São Paulo para fazer frente
864 aos cursos que precisam de pessoal didático, para fazer o ensino. De forma que a
865 economia é de perspectiva imediata, porque alguém terá que contratá-los, caso
866 contrário, temos um prédio novo, parcialmente ativado, que está lá esperando
867 contratações de pessoal para poder ser completamente ativado e fazer sua função
868 social de atendimento à sociedade. Mas, a economia na Universidade de São Paulo
869 com Pessoal surgirá primeiro com a não contratação de novos e reposições e,
870 segundo, com o passar do tempo, por aposentadoria ou por outras soluções que o
871 Co encontrar em conjunto.” **Cons. Carlos Eduardo Garisto de Nicola**: “Que pauta
872 estamos agora, precedendo qual votação?” **M. Reitor**: “Precedendo a votação da
873 vinculação do HRAC.” **Cons. Carlos Eduardo Garisto de Nicola**: “O que a
874 representação discente e dos trabalhadores havia entendido - e acho que uma parte
875 da plenária também - é que essa pauta como um todo havia sido suprimida.” **M.**
876 **Reitor**: “Não, não foi, a pedido da diretora da Faculdade de Odontologia de Bauru,
877 que também preside o Conselho Deliberativo do HRAC, no qual, por unanimidade foi
878 votado que eles apoiam essa decisão. Portanto, é isso que está agora em discussão
879 para votação.” **Cons. Carlos Eduardo Garisto de Nicola**: “Acho muito ruim que
880 estejamos colocando isso em pauta, depois da reunião que precedeu, porque
881 havíamos entendido que isso não estava mais colocado. E é muito antidemocrático
882 que façamos uma discussão tão ampla neste Co fechado, entre quatro paredes,
883 tendo um movimento querendo saber o que está acontecendo. O Reitor mesmo
884 falou do conservadorismo na Universidade, acho que aqui só reflete isso. Como

885 vamos discutir, entrar nesse grau de profundidade entre 100 pessoas aqui, se é uma
886 pauta que vai afetar tanta gente? Então, pautamos que não dá para votar isso agora,
887 queremos mais tempo, queremos que vinculem a pauta do HU para daqui 30 dias.
888 Não é possível que as discussões sejam pautadas assim, que fique uma coisa
889 pouco clara, encaminhadas dessa maneira, com uma discussão sem pé nem
890 cabeça.” **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada**: “Vou falar na frente, olhando bem
891 para a Conselheira Cidinha. Não gosto de falar pelas costas. Primeiro, até ia
892 agradecer ao Professor Zago pelo fato de ter tirado da pauta a votação sobre a
893 desvinculação dos hospitais universitários.” **M. Reitor**: “Não, falei com muita clareza
894 do HU.” **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada**: “Porque ouvi vários conselheiros e
895 conselheiras pedindo para que não se colocasse em votação. Não ouvi a Diretora da
896 FOB, que está representando o Centrinho, porque ela é Presidente do Conselho
897 Deliberativo, pedir para que continuasse em pauta a desvinculação do HRAC.
898 Cidinha, é verdade, o Dr. Gastão colocou, naquela época, no Conselho Universitário,
899 a transformação do Centrinho em uma autarquia. Ele fez isso e, na época, houve
900 uma intervenção dos trabalhadores, através dos nossos representantes no Conselho
901 Universitário, que conseguiram fazer com que fosse retirado da pauta, e o Dr.
902 Gastão foi à luta buscar recursos. Gostaria de te perguntar, já que consultou todo
903 mundo, se consultou as 102 associações de pais e pacientes, espalhadas pelo
904 Brasil e que ajudaram inúmeras vezes a trazer recursos para o nosso hospital. Você
905 consultou? Você não consultou. Então, Professor Zago, gostaria que retirasse essa
906 votação, como retirou a do HU. O senhor mesmo disse, um pouco antes dessa
907 afirmação, que também seria formada aqui hoje, uma comissão. De forma que
908 gostaria que o senhor mantivesse sua coerência - sei que o senhor é um homem
909 coerente - e retirasse esse assunto de pauta, para que possamos discutir a
910 desvinculação dos hospitais universitários em um clima tranquilo e que possamos
911 ouvir, inclusive, nesse Conselho Universitário, a Superintendente do Hospital, que
912 fez uma proposta para me levar ao Palácio dos Bandeirantes - e estamos dispostos
913 a levar. O Governo quer levar o ‘Prediã’ de 10 andares para transformar em
914 hospital geral, para transformar em faculdade de medicina, que você está
915 articulando com o Prefeito de Bauru, você pode levar, mas que tirem as mãos do
916 Centrinho. Deixem o Centrinho onde está e como está. Provavelmente, necessita de
917 mudanças e mudaremos, com certeza, para o bem da Universidade de São Paulo.”
918 **M. Reitor**: “Professora, manifeste-se de uma maneira muito direta e apenas aquilo

919 que cabe esclarecimento. Não vamos criar conflitos desnecessários, porque este
920 tipo de discurso não leva a lugar nenhum.” **Cons.^a Maria Aparecida de Andrade**
921 **Moreira Machado**: “Fui sim, procurada por vários pacientes, inclusive ex-alunos da
922 FOB, que são pacientes de lá. Conversei e expliquei qual é a situação. Estou
923 consonante com a superintendente do Hospital. Inclusive, nesse Conselho
924 Deliberativo, existem três representantes de trabalhadores e representantes dos
925 usuários, que são os pacientes. E entenderam, mediante apresentação do Professor
926 Sebastião, de forma que não é a Diretora da FOB que está colocando isso, é um
927 Conselho Deliberativo que tem, democraticamente, a representatividade de cada um
928 dos segmentos do Hospital. Não vemos outra alternativa financeira, uma vez que a
929 USP não vai colocar dinheiro no Hospital, para poder viabilizar. Inclusive - você sabe
930 -, já está havendo queda da produção e da demanda dos pacientes, porque há uma
931 normativa do SUS - e você também sabe disso - que o SUS não está mais
932 patrocinando, a não ser que por liminar judicial, os pacientes de outros estados que
933 venham para serem atendidos no Centrinho. Ele está querendo desenvolver centros
934 de desenvolvimento, com a mesma excelência do Centrinho, nos estados. Isso foi
935 medido pela representante da alta complexidade no SUS, e essa é a política do
936 SUS. Então, isso também, em curto ou médio prazo, vai impactar na produção do
937 Centrinho. Isso preocupa também. Não estou achando que isso é algo trivial.
938 Entendo que é um momento - o Conselho entendeu e a Regina também -, não é
939 questão de Faculdade de Medicina, temos uma situação que temos que resolver e
940 acho que os pacientes e aqueles com quem conversei entenderam a situação.
941 Temos um problema que não haverá recurso. Como faremos? O Centrinho está
942 precisando de anestesista, médico infectologista. Há cirurgião plástico, mas não tem
943 anestesista. Há uma sala fechada porque não tem anestesista. E há paciente para
944 operar. Como vamos fazer? Quem vai por esse anestesista lá dentro? Vamos
945 discutir o que mais? Já discutimos com as pessoas.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti**
946 **Júnior**: “Não ia me manifestar, mas existe uma manifestação da Congregação da
947 nossa co-irmã, solicitando que essa discussão fosse adiada e, como a discussão do
948 HU já foi adiada, sinto-me mais à vontade para fazer alguns comentários,
949 principalmente porque nesses documentos que temos recebido existem algumas
950 informações que - pelo menos dois documentos - de uma maneira muito clara diz
951 que instituição que tenha ensino pelo SUS mantido pelo Estado são situações muito
952 ruins que a USP não deveria aceitar. E dirijo uma Faculdade de Medicina que tem

953 60 anos de idade, que há muitos anos tem esse modelo de gestão e formação de
954 seus médicos. E não posso deixar de me manifestar frente a esse tipo de
955 informação, até para deixar os colegas tranquilos, porque vocês têm uma Faculdade
956 de Medicina de excelência no país, que é mantida com esse modelo que estamos
957 discutindo aqui - gestão da Universidade, financiamento do Estado de São Paulo. O
958 nosso Hospital das Clínicas, quando começou sua construção do que chamamos de
959 hospital novo, começou em 1978 e em 1988 tivemos a formação do SUS. Depois
960 disso, por três momentos tivemos discussões e em uma delas o Prof. Zago falou:
961 'nós entendíamos, em 1988, que não deveríamos entrar no Sistema SUS,
962 deveríamos manter o financiamento pelo Estado, porque senão perderíamos
963 autonomia universitária, perderíamos o controle sobre o hospital'. No fim acabamos
964 entrando e hoje não nos arrependemos. Naquela época, o paciente só entrava no
965 Hospital das Clínicas se o professor, dentro da sua sabedoria, escrevesse que era
966 de interesse científico para o doente. Era aquilo que o Prof. Zago defendia em 1988
967 e que depois se arrependeu, como ele relatou. É inconcebível hoje acharmos que o
968 professor universitário tem esse direito, esse poder de decidir quem entra ou não
969 dentro de um hospital público. Mas fizemos isso em 1988, não faz tanto tempo
970 assim. Depois tivemos outro posicionamento dentro do Hospital, que não
971 deveríamos aceitar o Hospital Universitário como hospital terciário, que ele deveria
972 fazer tudo, o ensino todo - primário, secundário, posto de saúde, tudo no Hospital
973 Universitário. Perdemos essa disputa também e hoje é inconcebível imaginar o
974 Hospital das Clínicas de São Paulo, por exemplo, sem ser um hospital universitário -
975 sem o Instituto do Coração, sem o ICESP. Depois de muito tempo nos convencemos
976 disso. A última disputa que tivemos, que também, felizmente, perdemos, foi que não
977 deveríamos deixar o Estado fazer o controle dos nossos ambulatórios, que
978 deveríamos ter o controle e decidir quem entra ou não no hospital - isso foi mais
979 recente. Também, hoje, os nossos ambulatórios são decididos pelas Prefeituras e
980 pela Divisão Regional de Saúde. Todos esses pontos que relatei que brigamos
981 anteriormente, felizmente, pessoas com maior sabedoria dentro da instituição
982 fizeram opção por essa integração, por uma política de estado. E hoje temos um
983 Hospital moderno, integrado, com sistema da Faculdade com atenção primária,
984 secundária e terciária, como é preconizado pelo SUS. Mas não foi simples essa
985 discussão interna. E hoje temos um Hospital construído dentro do *Campus* da USP
986 de Ribeirão Preto, a sala do diretor e a do superintendente devem ter uns 50 metros

987 de distância, o diretor é presidente do Conselho Deliberativo do Hospital e é
988 presidente do Conselho Curador da Fundação ligada ao Hospital. Todos os
989 departamentos clínicos da Faculdade estão dentro do Hospital das Clínicas, a sala
990 do Prof. Zago e a minha sala são dentro do Hospital das Clínicas, existe uma
991 convivência muito boa. Alguém comentou sobre 'ilha de excelência', não somos uma
992 ilha de excelência com financiamento do Estado tão simples, temos, sim, dificuldade
993 de ter financiamento, é uma 'ilha de meio excelência' - brigamos por funcionários,
994 por financiamentos, mas essa é a realidade do Brasil. Acho que é uma ilha de
995 excelência dentro das nossas realidades, e é excelência porque tem a Universidade
996 lá dentro, que dá qualidade ao Hospital, mas um financiamento é sempre discutido.
997 De forma que, em relação a essas mudanças, baseado nos problemas que tivemos,
998 recomendo que a gestão fique muito relacionada à Universidade, porque não há o
999 mínimo de chance de perdemos com isso. Que mantenhamos as características
1000 desses Hospitais sem mudança: o que é secundário continua secundário, o que é
1001 especialista em crâniofacial continua, que não haja nenhum risco de, no futuro, isso
1002 se perder. E que sejam criados espaços de ensino, como por exemplo, um centro de
1003 estudo - sinto falta disso no Hospital, mas no de emergência já tem. Manter
1004 monitores é importante também, porque mantemos a Universidade com funcionários
1005 pagos, sejam dentistas, médicos e enfermeiras; e que todo esse vínculo seja feito
1006 através de decreto ou lei, que não seja apenas de boca ou de desejo, que realmente
1007 esteja escrito que esses Hospitais continuarão sob a tutela da Universidade.” **Cons.**
1008 **Bruno Sperb Rocha:** "Não há nenhum ponto de vista relativo à forma de decisão
1009 sobre a matéria que diferencie a discussão sobre o HRAC da discussão sobre o HU.
1010 Pode até haver pontos de vistas que se diferenciem no conteúdo, mas as condições
1011 para uma discussão ampla e democrática em relação a essa proposta estão tão
1012 exíguos em um caso quanto no outro. A importância de um Hospital e do outro para
1013 o ensino e para o atendimento à população em geral é a mesma. Com relação à
1014 importância para a Universidade do gasto com quadro funcional, como disse o vice-
1015 diretor do Instituto de Física, evidentemente, os Hospitais correspondem a maior
1016 parte dos gastos. Trata-se de economizar o dinheiro gasto com Hospitais, é evidente
1017 que se trata de se livrar da folha de pagamento, ou seja, de demitir esses milhares
1018 de trabalhadores (mais de mil em um caso e quase mil no outro caso), e isso pode
1019 ser feito longamente ou rapidamente, de uma forma ou de outra, ao longo de alguns
1020 anos. De qualquer jeito é a mesma coisa, é a demissão de trabalhadores. Em todos

1021 esses pontos de vista, a questão é a mesma, de forma que não há por que tomar
1022 uma decisão sobre a forma de encaminhamento da decisão sobre a matéria. Diga-
1023 se de passagem, está apresentada como um ponto de pauta, apenas um Caderno,
1024 uma documentação que diz respeito aos dois Hospitais. Não é à toa o entendimento
1025 - ouso dizer - de todos os conselheiros de que toda a matéria estava sendo
1026 postergada para decisão em momento futuro. Portanto, minha fala é uma questão de
1027 ordem sobre a Ordem do Dia, pela retirada de pauta das matérias que dizem
1028 respeito ao HU e ao HRAC. Creio que essa moção que estou apresentando, que vai
1029 no sentido de uma série de outras intervenções, não pode ser ignorada pela
1030 condução do Conselho. É uma moção que está sendo apresentada ao Reitor da
1031 Universidade de São Paulo, está sendo apresentada por mim e por todas as outras
1032 falas que foram no mesmo sentido, ao Conselho Universitário, que tem que tomar
1033 uma posição sobre a forma dessa matéria, que deve ser a mesma para o HU e para
1034 o HRAC, não há motivo para que seja diferente, ou seja, que seja retirado de pauta
1035 o Caderno inteiro." **Cons.^a Naiara Schranck do Rosário:** "Penso que é uma
1036 incoerência separar os assuntos, sendo que não vai ter a votação do HU. Se votar e
1037 passar, o DCE vai estar amanhã em Bauru, porque os estudantes de lá estão com
1038 intenção de entrar em greve." **M. Reitor:** "A Conselheira não pediu a palavra, não se
1039 inscreveu para se manifestar." **Cons.^a Paula Zugaib Destruti:** "Gostaria de propor
1040 uma reflexão. Acho que existe uma preocupação entre todos, se a transferência do
1041 Hospital para a Secretaria de Saúde Pública vai ou não prejudicar a qualidade do
1042 ensino de medicina e o atendimento. Acho que essa preocupação é extremamente
1043 legítima, não vou aqui deslegitimar em face de todos os outros interesses que
1044 podem compor ou não a gama de pessoas que a Secretaria de Saúde tem que
1045 atender. Apenas queria que pensássemos qual a chance desses Hospitais se
1046 tornarem hospitais menos qualificados. Na minha opinião, a chance é pequena.
1047 Falaram que a região inteira da Zona Oeste é atendida pelo HU, não sei se isso é
1048 verdade, mas uma parte dela, realmente é. A região oeste também possui pessoas
1049 ricas da cidade de São Paulo, isso é, também, uma característica dessa região,
1050 além de ser atendida pelo HU. No caso dos alunos de Medicina, eles são alunos
1051 muito bem formados e existe uma exigência de qualidade, que esses Hospitais e os
1052 estudantes que lá estudam continuem sendo de qualidade e que esse alunos que se
1053 formam lá possam ter um espaço de qualidade para aprender. Penso que isso é
1054 super legítimo. Na minha visão, o grande problema é o quanto a Secretaria de

1055 Saúde, que já tem o seus recursos muito exprimidos, terá que repassar a mais para
1056 atender esses hospitais. Acho legítimo que pensemos no conjunto de interesses da
1057 USP e, como estudante de Direito, entendo que temos direito a uma universidade
1058 pública de qualidade. Entendo, também, que existe o direito à saúde pelas pessoas
1059 que moram no Estado de São Paulo; e este já é um direito super falho. Estudo a
1060 financeirização dos direitos sociais e os planos de saúde, e até onde entendo, a
1061 saúde pública do Estado de São Paulo não vai tão bem assim. O que queremos com
1062 essa liberação é apenas transferir mais gastos. Não que a nossa comunidade não
1063 seja uma comunidade privilegiada, ela é e, talvez, esse seja o nosso problema,
1064 queremos privilegiar mais uma comunidade que já é privilegiada e pegar aquele
1065 setor que tem várias debilidades na vida cotidiana para tornar o atendimento deles
1066 ainda mais difícil; porque, convenhamos, não haverá mais recursos para a Saúde,
1067 sabemos que esse orçamento não vai crescer, ele não cresce há décadas. Não virá
1068 mais recurso para a Secretaria de Saúde para atender o HU e o HRAC, o que vai
1069 acontecer é uma transferência dos outros hospitais para manter o nível de
1070 excelência, porque o público que frequenta esses espaços é um público de
1071 excelência. De forma que não é que sou contra porque vai prejudicar o ensino dos
1072 alunos de Medicina, nem porque acho que o HU vai se tornar um hospital pior, sou
1073 contra porque sei que esse dinheiro virá e vai vir de algum lugar e sei de onde. Vai
1074 vir dessas pessoas que são atendidas pelo HU e pelo HRAC, mas não pelo hospital
1075 público da Universidade, são atendidas na Zona Sul, onde os hospitais tem outra
1076 qualidade e é muito pior. Peço que façam um apelo, para pensarmos o que há para
1077 fora dessa Universidade, para onde estamos transmitindo essas contas, que tipo de
1078 irresponsabilidade estamos cometendo. Sei que não chega médicos ou anestesistas
1079 nos nossos hospitais universitários, imaginem então nos outros hospitais. Estamos
1080 pedindo mais recursos. Peço muita cautela para que pensem no concreto: se vai
1081 mudar o público, se nossos estudantes vão ou não ter a mesma qualidade e, se eles
1082 tiverem, no que isso implica, para que possamos ter, como estudantes, o sonho de
1083 poder mudar o mundo, ter esperança de que as coisas podem ser diferentes. Por
1084 favor, pensem no que há para além da USP." **M. Reitor:** "Volto a dizer que retirei de
1085 pauta o assunto do HU porque, com muita clareza, entendi a preocupação dos
1086 estudantes, principalmente dos estudantes de medicina e enfermagem, a respeito da
1087 possibilidade de que essa vinculação pudesse trazer algum prejuízo ao seu ensino.
1088 Não tenho nenhuma dúvida a respeito disso, sei com muita clareza, porque vivo

1089 nesse ambiente, mas não posso entender que os estudantes de medicina e
1090 enfermagem, que estão envolvidos, tenham dúvidas a respeito disto. Tenho - assim
1091 como toda a gestão da Universidade - um claro compromisso com a qualidade do
1092 ensino de graduação, portanto entendi que o pleito deles era perfeitamente
1093 justificado. Eles, em momento nenhum se manifestaram contrários, eles querem
1094 participar do processo e participarão através de uma organização de uma comissão
1095 que tratará da questão e a trará de volta aqui. No caso do Hospital de Bauru, do
1096 HRAC, não há esta preocupação por parte dos estudantes que lá estão. Claramente,
1097 o Conselho Deliberativo daquele Hospital, a Diretoria e a Congregação da
1098 Faculdade de Odontologia de Bauru manifestaram-se favoravelmente. Não há por
1099 que postergar. Postergar e discutir exaustivamente é, sim - lembro ao estudante -
1100 uma das maneiras de manter o conservadorismo da Universidade. É a discussão
1101 infinita, que nunca se esgota, que sempre precisa mais e mais e, desta maneira,
1102 bloqueia-se qualquer mudança. É necessário um equilíbrio. Há questões, como a do
1103 HU, que demandam mais discussão, mas há outras que, claramente, estão
1104 esclarecidas. Antes de colocar em votação devo dizer o futuro disso, porque já são
1105 18 horas e 30 minutos e teremos que encerrar esta reunião. De forma que
1106 procederemos a votação e na terça-feira fica, desde já, convocado o Conselho
1107 Universitário, às 14 horas, para discutirmos duas questões: da pauta de hoje, fica o
1108 PIDV e a discussão sobre o reajuste salarial, que foi despertado pelas pessoas que
1109 entregaram requerimento. Feita a votação, peço que ouçam o que tenho a dizer a
1110 este Conselho Universitário, a respeito do último tópico, porque diz respeito a todos
1111 os presentes. Portanto, está em voto se aprovam a medida que diz respeito ao
1112 HRAC, excluído o que diz respeito ao HU." A **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada**
1113 solicita, fora do microfone, vista dos autos. **M. Reitor:** "Estou denegando, porque
1114 não há fundamento. 'Os pedidos de vistas deverão ser justificados, cabendo ao
1115 Presidente do Conselho Deliberativo decidir de pleno.' A questão irá a voto neste
1116 momento. Todas as dúvidas foram esclarecidas." Há algumas manifestações dos
1117 estudantes fora do microfone, no sentido de solicitar ao M. Reitor que a matéria do
1118 HRAC não seja votada separadamente. Ato seguinte, o **M. Reitor** coloca em
1119 votação a vinculação do HRAC ao gestor estadual do SUS, mantendo a governança
1120 dentro da Universidade e sabendo que se aprovado se constituirá uma comissão de
1121 acompanhamento de todo o processo. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o
1122 seguinte resultado: Sim= 64 (sessenta e quatro) votos; Não= 27 (vinte e sete) votos;

1123 Abstenções= 15 (quinze); Total de votantes= 106 (cento e seis). É aprovada a
1124 vinculação do HRAC ao gestor estadual do SUS. **CADERNO III – PROGRAMA DE**
1125 **INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.** Proposta de criação do Programa de
1126 Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), bem como autorização para o uso, relativo
1127 ao exercício de 2015, de R\$ 400 milhões das reservas da USP, para implantação do
1128 referido Programa. Ofício do Coordenador de Administração Geral da USP, Prof. Dr.
1129 Rudinei Toneto Júnior, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,
1130 encaminhando o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) (19.08.14).
1131 **Parecer da PG:** não vislumbra óbices jurídicos para a Universidade – no exercício
1132 de sua autonomia administrativa e de gestão financeira – em implementar,
1133 motivadamente, o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. O Programa
1134 deverá prever, como pontos principais: (i) os requisitos e condições para os
1135 servidores celetistas aderirem; (ii) quais destes não poderão aderir em hipótese
1136 alguma ; (iii) o valor do incentivo financeiro que será pago a título de indenização; e
1137 (iv) os prazos e procedimentos administrativos para a adesão, rescisão e pagamento
1138 das verbas legais, bem como as acordadas, a título de ressarcimento. O Programa
1139 será encerrado caso não seja alcançada a meta de redução de despesas
1140 pretendida, medida que não tem implicação de ordem jurídica em desfavor da
1141 Universidade. Atendidas todas as condições estatuídas no PIDV, o servidor que a
1142 ele aderir receberá, pecuniariamente, os mesmos consectários legais
1143 correspondentes ao pedido de demissão, somados à indenização prevista no
1144 Programa, razão de sua aderência. Alerta que os efeitos de transação extrajudicial
1145 levada a cabo no âmbito do PIDV, ainda que resultem na rescisão do contrato de
1146 trabalho, somente abrangem as parcelas e valores constantes do recibo (OJ nº 207
1147 da SDI-I do TST). Considera que se faz necessário consignar que o incentivo
1148 financeiro previsto no PIDV, dada a sua natureza de indenização (compensação),
1149 não se sujeita à incidência de imposto de renda e nem de contribuição previdenciária
1150 (19.08.14). **Parecer da COP:** manifesta-se favorável à solicitação da Administração
1151 Geral da USP, de criação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV),
1152 bem como de utilização dos 400 milhões das reservas para sua implantação, desde
1153 que sejam alcançados os objetivos de redução da folha de pagamento apresentados
1154 no estudo da Administração Geral (21.08.14). **CADERNO IV – ALTERAÇÃO DO**
1155 **REGIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO. 1. PROTOCOLADO 2014.5.1354.1.1 – PRÓ-**
1156 **REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO.** Proposta de alteração dos artigos 31 e 32 do

1157 Regimento de Pós-Graduação. Ofício da Pró-reitora de Pós-Graduação, Prof.^a Dr.^a
1158 Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio
1159 Maria Poveda Velasco, encaminhando a proposta de alteração dos artigos 31 e 32
1160 do Regimento de Pós-Graduação, relativos à composição da Comissão de Pós-
1161 Graduação, aprovada, ad referendum do Conselho de Pós-Graduação em
1162 15.08.2014 (15.08.14). **Parecer da PG:** esclarece que, sob o aspecto jurídico, a
1163 minuta merece alguns reparos e propõe nova minuta com sugestão de texto que
1164 preserva a ideia original e observa a Lei Complementar nº 863/99, que dispõe sobre
1165 a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis (19.08.14). **Parecer da**
1166 **CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes, o parecer do relator (20.08.14). **Texto**
1167 **atual:** Artigo 32 – A CPG terá um Presidente e seu Suplente eleitos dentre seus
1168 membros. § 1º – O Presidente e seu Suplente deverão ser, no mínimo, Professores
1169 Associados, respeitadas as especificidades das Entidades Associadas. § 2º – Os
1170 Professores Titulares e Associados, por motivo justificado, poderão ser dispensados
1171 da presidência da CPG pela Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão
1172 equivalente; neste caso, a Presidência da CPG poderá ser exercida por Professor
1173 Doutor. § 3º – O mandato do Presidente e de seu Suplente será de dois anos,
1174 permitida uma recondução, excetuados os casos onde ocorrer progressão dentro
1175 das instâncias do Conselho de Pós-Graduação. § 4º – Caberá apenas ao Presidente
1176 da CPG ou ao seu Suplente, nos casos de falta ou impedimento, a representação no
1177 CoPGr e em suas Câmaras. **Texto proposto:** Artigo 32 – A CPG terá um Presidente
1178 e seu Suplente eleitos dentre seus membros. ... (mantém parágrafos). § 5º – Quando
1179 o número de Programas for superior a cinco fica facultado ao Coordenador que for
1180 eleito Presidente da CPG, desligar-se da coordenação de seu respectivo Programa,
1181 permanecendo na função de Presidente da CPG. § 6º - Ocorrendo a hipótese de
1182 desligamento prevista no
1183 § 5º, deverá ser realizada nova eleição para a Presidência da CCP. **CADERNO V –**
1184 **MINUTA DE RESOLUÇÃO. 1. PROCESSO 2011.1.6220.1.3 – AGÊNCIA USP DE**
1185 **INOVAÇÃO.** Minuta de Resolução que dispõe sobre a inovação tecnológica na
1186 Universidade, disciplinando os procedimentos para proteção da propriedade
1187 intelectual, transferência de tecnologia, licenciamento e cessão, bem como medidas
1188 de gestão e apoio respectivas e critérios para repartição dos resultados, além do
1189 apoio a empresas nascentes de base tecnológica; minuta de Resolução que revoga
1190 o art. 7º da Resolução nº 4715/1999 e minuta de Resolução que revoga as

1191 Resoluções nºs 3428/1988 e 3454/1988. **Parecer da PG:** ‘O processo de elaboração
1192 de uma nova regulamentação disciplinando a proteção da propriedade intelectual na
1193 Universidade de São Paulo já se estende por quase três anos, em um trabalho
1194 contínuo e criterioso de aprimoramento das minutas. Grande parte das
1195 recomendações anteriormente formuladas foi incorporada às minutas e há consenso
1196 sobre a maior parte da regulamentação. Restam alguns poucos pontos em
1197 discussão, a respeito dos quais a PG e a Agência USP de Inovação têm opiniões
1198 divergentes.’ Tece considerações sobre vários pontos da minuta de Resolução que
1199 ainda não houve consenso e os encaminha à Agência USP de Inovação (18.03.14).
1200 Nota técnica da Superintendente Jurídica, Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci,
1201 manifestando-se de acordo com a versão do texto apresentada pelo Dr. Hamilton de
1202 Castro, conforme mensagem eletrônica datada de 11.04.2014 (16.04.14). Minutas
1203 de Resoluções. **Parecer da PG:** ‘Mesmo sem a tramitação física dos autos, o
1204 Parecer PG 660/2014 foi levado ao conhecimento da Agência USP de Inovação e da
1205 Superintendente Jurídica da Universidade e as alterações propostas foram
1206 discutidas por telefone e correspondência eletrônica, resultando na versão final
1207 encartada às fls. 253/259, a qual incorpora praticamente todas as sugestões
1208 anteriormente formuladas. Apenas, em relação à competência para reconhecer a
1209 ausência de viabilidade de proteção da criação, chegou-se a uma proposta
1210 intermediária, qual seja: a submissão dessa decisão ao Pró-Reitor de Pesquisa, para
1211 ratificação. Tratando-se de atribuição delegável, conforme anotado no item 15.1 de
1212 nossa manifestação anterior, e tendo em vista que foi preservada a competência do
1213 M. Reitor, ouvida a COP, para a cessão não onerosa dos direitos sobre a criação,
1214 entendemos que a proposta pode ser aceita’. (17.04.14). **Parecer da CLR:** aprova o
1215 parecer do relator, favorável à minuta de Resolução que dispõe sobre a inovação
1216 tecnológica na Universidade, disciplinando os procedimentos para proteção da
1217 propriedade intelectual, transferência de tecnologia, licenciamento e cessão, bem
1218 como medidas de gestão e apoio respectivas e critérios para repartição dos
1219 resultados, além do apoio a empresas nascentes de base tecnológica. Aprova,
1220 ainda, as conseqüentes revogações das Resoluções nºs 3428/88, 3454/88 e artigo
1221 7º da Resolução nº 4715/99 (10.06.14). **Parecer do CoPq:** aprova a minuta de
1222 Resolução que dispõe sobre a inovação tecnológica na Universidade, disciplinando
1223 os procedimentos para proteção da propriedade intelectual, transferência de
1224 tecnologia, licenciamento e cessão, bem como medidas de gestão e apoio

1225 respectivas e critérios para repartição dos resultados, além do apoio a empresas
1226 nascentes de base tecnológica. Aprova, também, as revogações do artigo 7º da
1227 Resolução nº 4715/1999 e das Resoluções nºs 3428/1988 e 3454/1988 (06.08.14).

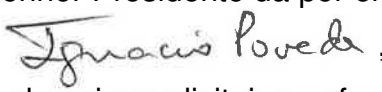
1228 **CADERNO VI – ESTRUTURA DE PODER E GOVERNANÇA NA USP.** Proposta de
1229 readequação do Calendário de reuniões extraordinárias do Conselho Universitário
1230 para discussão do tema “Estrutura de Poder e Governança na USP”, encaminhada
1231 pela CAECO. **CADERNO VII – RECURSO. 1. PROTOCOLADO 2013.5.811.59.0 –**
1232 **VITOR BARBANTI PEREIRA LEITE.** Recurso interposto por Vitor Barbanti Pereira
1233 Leite, candidato inscrito para o concurso para provimento de cargo de Professor
1234 Doutor junto ao Departamento de Química da FFCLRP, contra a decisão da
1235 Congregação da FFCLRP, que negou provimento ao seu recurso, onde requeria a
1236 decretação da nulidade do citado concurso público. Edital ATAc 026/2012, de
1237 abertura de inscrições ao Concurso, visando o provimento de um cargo de Professor
1238 Doutor, junto ao Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e
1239 Letras de Ribeirão Preto, publicado no D.O de 11 de dezembro de 2012 (11.12.12).
1240 Publicação da aprovação, pela Congregação da FFCLRP, dos inscritos ao concurso
1241 e a Comissão Julgadora, no D.O de 15 de maio de 2013, bem como da retificação,
1242 no D.O de 18 de maio de 2013 e lista complementar da Comissão Julgadora, no D.O
1243 de 13 de agosto de 2013 (15.05.13). Relatório Final da Comissão Julgadora: indica,
1244 por maioria, o candidato Ricardo Vessechi Lourenço para o provimento do
1245 cargo/claro de Professor Doutor em concurso junto ao Departamento de Química
1246 (05.09.13). Recurso interposto pelo interessado, discordando do resultado do
1247 Concurso para provimento do cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de
1248 Química da FFCLRP, requerendo a anulação da etapa de análise dos Memoriais e
1249 requerendo que se proceda nova avaliação dentro dos critérios estabelecidos no
1250 Edital, ou, caso não seja aceito, que seja anulado todo o concurso (11.09.13).
1251 Parecer do Prof. Dr. Paulo Olivi, Presidente da Comissão Julgadora: conclui que o
1252 Dr. Vitor Barbanti Pereira Leite, embora tenha tido o melhor desempenho na prova
1253 de julgamento de memorial pela maioria dos membros da comissão julgadora do
1254 concurso público a que se refere este documento, conforme reivindicado pelo
1255 mesmo, este não foi o indicado pela maioria dos membros por ter tido desempenho
1256 inferior nas provas escrita e didática (16.09.13). Informação do Diretor da FFCLRP,
1257 esclarecendo que como o resultado do concurso ainda não foi homologado pela
1258 Congregação, a presente solicitação caracteriza-se como um pedido de

1259 esclarecimento à Comissão Julgadora, tendo em vista que o prazo para recursos
1260 formais inicia-se após a deliberação pela Congregação e publicação no Diário Oficial
1261 (17.09.13). **Parecer da Congregação:** homologa, por unanimidade, o relatório final
1262 apresentado pela Comissão Julgadora (19.09.13). Recurso interposto pelo
1263 interessado contra a decisão da Comissão Julgadora, que proclamou o resultado do
1264 concurso público para provimento do cargo de Professor Doutor junto ao
1265 Departamento de Química da FFCLRP. Requer que o presente recurso seja
1266 reconhecido e provido, para que, ao final, seja anulado o referido concurso
1267 (02.10.13). **Parecer da Congregação:** analisa o recurso interposto pelo interessado
1268 e decide, por unanimidade, pelo não provimento do mesmo, por considerar que não
1269 houve vício na condução do concurso (10.10.13). Recurso interposto pelo
1270 interessado, contra a decisão da Congregação da FFCLRP, que negou provimento
1271 ao seu recurso que pleiteava a nulidade do resultado do concurso público que visa o
1272 provimento do cargo de Professor Doutor. Requer que o presente recurso seja
1273 conhecido e provido, para que ao final seja-lhe atribuído efeito suspensivo; que se
1274 anule a decisão proferida pela Congregação, que julgou improcedente o recurso
1275 anteriormente interposto e, caso não seja esse o entendimento, requer a anulação
1276 do concurso pela existência dos vícios apontados pelo recorrente (23.10.13).
1277 **Parecer da Congregação:** decide, por unanimidade, pelo não provimento do
1278 recurso, por considerar que não houve vício na condução do concurso e, pela
1279 mesma razão, por não conceder o efeito suspensivo solicitado (14.11.13). **Parecer**
1280 **da PG:** com relação à alegação de ausência de motivação na decisão da
1281 Congregação da FFCLRP quando da análise do primeiro recurso, esclarece que
1282 consta no despacho que a Congregação decidiu negar provimento ao recurso 'por
1283 considerar que não houve vício na condução do concurso', de forma que a decisão
1284 foi motivada, ainda que suscintamente. Ademais, descaberia à Congregação
1285 manifestar-se acerca 'das diferenças apontadas pelo Recorrente quanto aos
1286 Memoriais', uma vez que as avaliações em concursos públicos para provimento de
1287 cargos da carreira docente da USP são de competência exclusiva da Comissão
1288 Julgadora. Destaca, ainda, que eventual reconhecimento da nulidade da decisão da
1289 Congregação não teria como consequência lógica, como pretende o recorrente, o
1290 reconhecimento da nulidade do concurso. Com relação à alegação de vício formal
1291 na condução do concurso - falta de atribuição de pesos a cada um dos itens
1292 avaliados no julgamento dos memoriais, esclarece que a sistemática prevista no

1293 Regimento Geral para concursos de Professor Doutor, prevê-se a atribuição de nota
1294 global aos memoriais dos candidatos, inexistindo qualquer norma que estipule que
1295 devam ser atribuídos pesos (e, por consequência, notas separadas) a cada item
1296 avaliado. O concurso seguiu estritamente esta sistemática prevista no Regimento
1297 Geral e no Edital do certame, razão pela qual inexistente vício formal na condução do
1298 concurso pela Comissão Julgadora. Com relação à alegação de ausência de
1299 motivação na atribuição de notas aos memoriais dos candidatos, esclarece que se
1300 trata de alegação que não encontra amparo nas normas de regência, uma vez que
1301 no Regimento Geral, ao contrário do que ocorre quanto à avaliação dos títulos nos
1302 concursos para provimento de cargos de Professor Titular (art. 155, parágrafo
1303 único), inexistente qualquer disposição que estipule a necessidade, nos casos de
1304 concurso para Professor Doutor, de justificação das notas atribuídas no julgamento
1305 dos memoriais. Com relação à alegação de suposto favorecimento, por parte de
1306 membros da Comissão, ao candidato vencedor, esclarece que a Comissão
1307 Julgadora foi composta em estrita observância às normas pertinentes do Regimento
1308 Geral (art. 182 e seguintes). O candidato fala de um suposto favorecimento ao
1309 candidato vencedor do concurso por ele ter sido indicado pelos três professores da
1310 USP que compunham a Comissão, enquanto ele foi indicado pelos dois professores
1311 da Unicamp. Porém, tal fato, por si só, não se afigura suficiente para se concluir que
1312 tenha havido um favorecimento indevido ao vencedor do concurso, pois as notas
1313 atribuídas pelos membros da Comissão para os dois candidatos foram notas muito
1314 próximas, guardando uma certa coerência entre si. Com relação aos argumentos de
1315 errônea avaliação dos memoriais por parte da Comissão Julgadora, esclarece,
1316 conforme já destacado, que as avaliações nos concursos públicos para a carreira
1317 docente competem, com exclusividade, às Comissões Julgadoras, não se revelando
1318 viável a reapreciação de tais matérias por quaisquer outros órgãos da Universidade.
1319 Ademais, o recorrente alega repetidamente, em sua petição, a superioridade de sua
1320 trajetória acadêmica / profissional, se comparada à do primeiro colocado e aduz que
1321 isso teria sido considerado pela Comissão no julgamento dos memoriais. No
1322 entanto, deve-se destacar que no julgamento dos memoriais, o recorrente obteve
1323 notas superiores às do candidato vencedor na avaliação da maioria dos
1324 examinadores. Ocorre que o vencedor do concurso recebeu notas maiores nas
1325 provas escrita e didática, o que fez com que, ao final, recebesse mais indicações
1326 que o recorrente. De qualquer forma, descabe ao Conselho Universitário a

1327 apreciação dos inúmeros argumentos trazidos pelo recorrente que, em seu
1328 entender, estariam a demonstrar a superioridade de sua trajetória
1329 acadêmica/profissional. Deste modo, na esteira do entendimento aprovado pela
1330 Congregação da FFCLRP, entende que não estão configurados motivos que
1331 ensejem a decretação da nulidade do concurso (06.02.14). **Parecer da CLR:** aprova,
1332 por unanimidade dos presentes, o parecer do relator, Prof. Dr. Pedro Bohomoletz
1333 Dallari, contrário ao recurso interposto pelo interessado (05.08.14). **CADERNO VIII –**
1334 **DISCUSSÃO SOBRE REAJUSTE SALARIAL.** Discussão sobre reajuste salarial
1335 com base no abaixo assinado encaminhado ao Conselho Universitário, com
1336 assinatura de 20% dos membros do Colegiado. São retirados de pauta os Cadernos
1337 III, IV, V, VI, VII e VIII. Nesta oportunidade o **M. Reitor** assim se pronuncia: "Na
1338 próxima reunião, como a questão do HU está fora de discussão neste momento e
1339 retornará futuramente, teremos dois assuntos para deliberar, que são: PIDV e
1340 discussão sobre o reajuste salarial, que é o último tópico da pauta de hoje e que foi
1341 introduzido através de um conjunto de assinaturas que excede 20% dos
1342 componentes do Conselho Universitário. Os demais itens da pauta serão discutidos
1343 e votados oportunamente. 'Recentemente, no Informativo da Reitoria, fizemos uma
1344 lista de sessenta reuniões ou encontros entre o Reitor e o Vice-Reitor - juntos ou
1345 isoladamente - com diferentes setores da Universidade, desde grupos de alunos, de
1346 funcionários, visitas às Congregações, encontros com direções dos Sindicatos,
1347 Diretórios de Estudantes e Centros Acadêmicos. Entre estas, estão cinco reuniões
1348 do CRUESP com o Fórum das Seis. Não é, pois, correto afirmar que o Reitor se
1349 nega a negociar. O CRUESP negou-se a concordar com qualquer correção salarial,
1350 em vista da situação financeira das três Universidades e do futuro inserto da
1351 economia no início do ano, em maio. Nossa prudência, naquele momento, mostrou
1352 que havia razão. O crescimento do ICMS continua baixo e dificilmente o valor
1353 estimado inicialmente, quando da votação do Orçamento, será alcançado - como
1354 demonstrou o Prof. Geraldo. Ao votar as medidas que foram e que deverão ser
1355 submetidas ao Conselho Universitário, o próprio Conselho tornou-se co-responsável
1356 pela solução da crise financeira. Uma crise financeira que não foi criada por nós,
1357 mas nos cabe resolver. O Reitor fez o seu papel ao propor medidas. Contrariamente
1358 ao que muitos creem, o Reitor não é contrário a reajuste salarial, apenas fez aquilo
1359 que entendo ser minha obrigação - alertei o Conselho Universitário e a toda
1360 Universidade da situação. E não posso deixar de fazer referência à impressão

1361 dominante, por exemplo, dentro do Tribunal de Contas do Estado. Em uma
1362 discussão transcorrida no dia 14 de junho de 2014, quando a ideia de se buscar
1363 mais recursos junto ao Governo do Estado foi descrita por um dos conselheiros - por
1364 sinal aquele que analisa as contas da Universidade - foi descrita como uma ideia
1365 indecorosa, que beira à irracionalidade. É neste ambiente que estamos transitando,
1366 quero alertá-los. Resolvi, portanto, que seguindo o modelo de todos os diretores que
1367 ouviram as suas Congregações e que muitos se sentem obrigados a seguir aquilo
1368 que suas Congregações os orientam, resolvi que também vou delegar esta decisão,
1369 neste momento específico, ao Conselho Universitário. Portanto, na próxima reunião,
1370 além do PIDV, trataremos da questão do reajuste e das negociações que este
1371 Reitor, junto com os dois outros, deve fazer, no âmbito do CRUESP. A próxima
1372 reunião está marcada para o dia três e, portanto, estou convocando a reunião para o
1373 dia dois. A Secretaria Geral receberá propostas dos Conselheiros a respeito de
1374 como devemos tratar esta questão, até quinta-feira, às 12 horas. Depois deste
1375 horário, no mesmo dia, a COP analisará estas propostas e trará ao Conselho
1376 Universitário para decisão, respeitando uma noção que é muito ampla, de que a
1377 política salarial da USP cabe ao Conselho Universitário, ouvida a COP - e nisso se
1378 entende a política em longos termos, de um modo geral -, mas neste caso
1379 específico, vou delegar à COP e ao Conselho Universitário a decisão, e executarei.
1380 Não quero mais ouvir dizer que o Reitor da Universidade de São Paulo se opõe a
1381 reajustes. O Reitor fez o seu papel de alertar a este Conselho, de mostrar a situação
1382 financeira. Todos que estão aqui conhecem isto *ad nauseam*, mas se quiserem mais
1383 explicações serão dadas. Porém, cabe aos conselheiros propor ao Reitor, decidindo
1384 aqui, o que ele deverá fazer. Alerto, no entanto, que há uma questão - que não é
1385 menor - que é a da improbidade administrativa, que pode se associar à decisão de
1386 mandar dar aumento salarial quando não há recurso orçamentário para isto. Devo
1387 dizer que me cabe, como Presidente deste Conselho e Reitor da Universidade,
1388 encaminhar esta Universidade para a solução desta crise. Faço isso e convoco este
1389 Conselho para fazer comigo. Fica claro que este Reitor não é um Dom Quixote, que
1390 vai saindo dando lançadas em todos os servidores, como estão querendo dizer.
1391 Cabe a este Reitor propor soluções que serão tomadas de acordo com este
1392 Conselho e por isso preocupa-me a questão da improbidade administrativa, de
1393 autorizar aumentos não tendo disponibilidade de recursos. Tive esta preocupação
1394 até agora comigo, mas devo alertar que ela agora se transfere a todo este Conselho,

1395 que poderia, talvez, ouvir a opinião do Procurador Geral, caso ele possa nos orientar
1396 de alguma forma, porque este Conselho tem que estar preparado para sua reunião
1397 do dia dois de setembro, terça-feira próxima." **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos**
1398 **Monaco**: "Existe uma Lei de Responsabilidade Fiscal que se aplica ao ente da
1399 federação e, eventualmente, uma decisão que a Universidade venha a tomar pode
1400 ter reflexos gigantescos naquilo que diz respeito aos gastos da entidade da
1401 federação, portanto, pode fazer responsabilização. Pode haver, inclusive, ações
1402 propostas pelo Ministério Público, pelos outros legitimados, pela Lei de Improbidade
1403 Administrativa, que busquem averiguar esta responsabilidade." **Secretário Geral**:
1404 "Quem é o sujeito passivo dessas eventuais ações do Ministério Público?" **Prof. Dr.**
1405 **Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: "É a pessoa física que toma a decisão." **M.**
1406 **Reitor**: "Que neste caso, estará transferida para os membros do Conselho
1407 Universitário. Esclarecido isto, convoco para o dia dois de setembro, uma reunião
1408 extraordinária do Conselho Universitário, às 14 horas. Farei o que o Conselho
1409 decidir. Aguardamos que encaminhem sugestões a respeito de como faremos isto."
1410 **Cons.ª Gabriela Soldera Ferro**: "Gostaríamos de um esclarecimento. O senhor foi
1411 convocado para uma audiência amanhã na Assembleia Legislativa e havia dito que
1412 iria, mas agora cancelou sua presença. Queríamos uma resposta antes das pessoas
1413 irem embora, se o Reitor vai estar presente ou não na Assembleia Legislativa." Nada
1414 mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 19 horas.
1415 Do que, para constar, eu, , Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda
1416 Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será
1417 examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e
1418 aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 26 de agosto de 2014.

ANEXO I

**ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
AGOSTO 2014**





ACOMPANHAMENTO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

PIB crescerá menos que 1%, ap

Bancos voltam a reduzir previsões para 2014; se confirmadas, taxa de crescimento do PIB será a menor desde 2009

Márcia De Chiara

A economia brasileira deve crescer menos de 1% este ano. Se as projeções se confirmarem será a menor taxa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) desde 2009, quando a economia teve retração de 0,3% por causa da crise financeira internacional.

- Ontem, o Departamento Econômico do Itaú reduziu de 1% para 0,7% a projeção de avanço do PIB para este ano.
- A consultoria GO Associados também revisou de 1,5% para 0,5% a estimativa de crescimento do PIB. O Departamento Econômico do Itaú considerará na próxima semana a projeção de PIB 0,5%



PIB 0,7%

Fundamentos. Juros, estoques elevados e

estimativa de crescimento, em torno de 1% para este ano. projeção 1,5%. Faz a consultoria MI PIB 0,9% do dia a dia. mercado cap

PIB 0,5%

Banco Central do Brasil
Estimativa de Agosto 2014
PIB 0,89% Inflação 5,49%

Menor que as estimativas
iniciais da Secretaria de
Planejamento do ESP
PIB 2% Inflação 5,5%

Clima econômico é o pior desde 1991

Indicador da Fundação Getúlio Vargas, o ICE mostra que o ambiente de negócios também piorou no Brasil e na América Latina



Indústria. Cenário de crescimento menor do PIB pesou

Na segunda-feira, o grupo formado por profissionais de cerca de 100 instituições financeiras consultados pelo Banco Central (BC) reviu para baixo a estimativa de crescimento neste ano pela 11ª vez consecutiva. O Boletim FOM, relatório divulgado semanalmente, mostrou que o PIB deve ter expansão de apenas 0,81% em 2014.

A piora do ICE brasileiro ocorre principalmente por fatores domésticos, ressaltou Lia. "Houve aumento no peso que mas que o inflação, faltou o governo, por não eram apontados como tão

PIB 0,81%



ACOMPANHAMENTO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

Boletim Focus BACEN Agosto 2014

| Mediana - agregado | Expectativas de Mercado | | | |
|--|-------------------------|-------------|-----------|------------------------|
| | 2014 | | | |
| | Há 4 semanas | Há 1 semana | Hoje | Comportamento semanal* |
| IPCA (%) | 6,46 | 6,41 | 6,39 | ▼ (3) |
| IGP-DI (%) | 5,33 | 4,34 | 4,33 | ▼ (13) |
| IGP-M (%) | 5,35 | 4,87 | 4,40 | ▼ (13) |
| IPC-Fipe (%) | 5,77 | 5,56 | 5,49 | ▼ (1) |
| Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$) | | 2,35 | | (2) |
| Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$) | PIB 1,07% | 2,29 | PIB 0,86% | (4) |
| Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.) | 11,00 | ----- | 11,00 | = (9) |
| Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.) | 10,91 | PIB 0,9% | 10,91 | = (9) |
| Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) | 34,80 | 34,85 | 34,85 | = (2) |
| PIB (% do crescimento) | 1,07 | 0,90 | 0,86 | ▼ (10) |
| Produção Industrial (% do crescimento) | -0,67 | -1,15 | -1,53 | ▼ (1) |
| Conta Corrente (US\$ Bilhões) | -80,00 | -81,65 | -81,45 | ▲ (1) |
| Balança Comercial (US\$ Bilhões) | 2,70 | 2,00 | 2,00 | = (2) |
| Invest. Estrangeiro Direto (US\$ Bilhões) | 60,00 | 60,00 | 60,00 | = (17) |
| Preços Administrados (%) | 5,10 | 5,00 | 5,00 | = (3) |

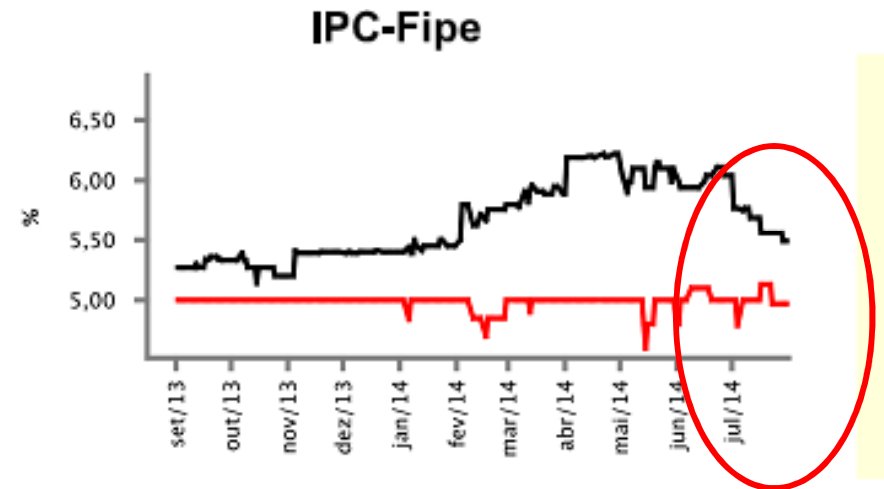
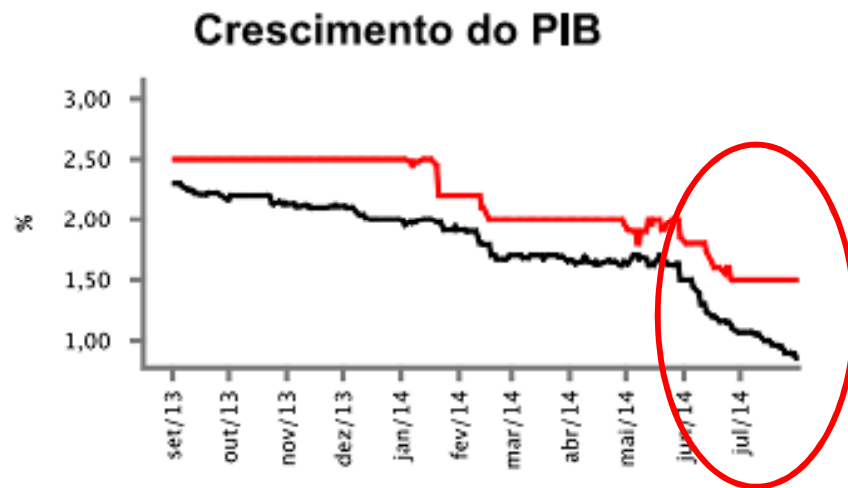
* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de sem



ACOMPANHAMENTO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

Boletim Focus BACEN Agosto 2014

2014 —
2015 —



Representam estagnação na arrecadação do Estado



ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

USP

TABELA I - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DA USP - 2014
(VALORES EM R\$)

| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----|-----|-----|-----|-----|----------------------|
| I. REPASSES TESOURO DO ESTADO ⁽¹⁾ | 354.553.822 | 339.259.591 | 374.356.228 | 371.777.453 | 343.447.017 | 366.535.734 | 365.987.151 | | | | | | 2.515.916.995 |
| I.1 ICMS ⁽²⁾ | 352.644.922 | 337.350.691 | 372.447.328 | 369.868.553 | 341.538.117 | 364.626.834 | 364.078.251 | | | | | | 2.502.554.696 |
| 1.1.1 ICMS Previsto | 378.459.159 | 353.708.001 | 365.764.158 | 383.626.090 | 377.959.301 | 379.503.508 | 381.775.896 | | | | | | 2.620.796.112 |
| 1.1.2 Diferenças de Arrecadação | -27.921.085 | -18.246.153 | 4.644.212 | -15.618.988 | -38.191.126 | -16.822.510 | -22.195.486 | | | | | | -134.351.135 |
| 1.1.3 Programa Especial de Parcelamento (PEP) | 2.106.848 | 1.888.843 | 2.038.958 | 1.861.451 | 1.769.941 | 1.945.836 | 4.497.841 | | | | | | 16.109.718 |
| I.2 LEI KANDIR ⁽³⁾ | 1.908.900 | 1.908.900 | 1.908.900 | 1.908.900 | 1.908.900 | 1.908.900 | 1.908.900 | | | | | | 13.362.299 |
| II. DESPESAS | 439.024.873 | 395.699.805 | 416.735.861 | 418.649.390 | 418.958.041 | 423.620.154 | 401.710.040 | | | | | | 2.914.398.163 |
| II.1 PESSOAL | | | | | | | | | | | | | |
| Folha mês | 293.762.486 | 283.878.056 | 294.533.920 | 298.136.960 | 300.992.286 | 301.797.945 | 301.232.078 | | | | | | 2.074.333.731 |
| Ativo | 226.377.625 | 216.680.534 | 226.761.862 | 230.578.711 | 233.559.574 | 234.354.226 | 233.189.357 | | | | | | 1.601.501.890 |
| Inativo (SPPREV) | 67.384.861 | 67.197.522 | 67.772.058 | 67.558.248 | 67.432.712 | 67.443.719 | 68.042.721 | | | | | | 472.831.841 |
| Outras folhas | 72.345.788 | 44.564.294 | 35.255.877 | 45.976.715 | 45.978.240 | 50.388.161 | 38.672.400 | | | | | | 333.181.474 |
| Folhas Avulsas | 31.167.659 | 6.549.109 | 5.717.698 | 8.828.495 | 12.567.841 | 6.523.981 | 2.102.939 | | | | | | 73.457.722 |
| Vales Alimentação e Refeição | 28.158.409 | 28.937.041 | 22.306.843 | 28.457.947 | 26.371.663 | 28.301.067 | 27.648.585 | | | | | | 190.181.555 |
| PASEP | 4.705.783 | 3.374.106 | 3.770.161 | 4.177.583 | 4.077.847 | 4.002.299 | 4.000.014 | | | | | | 28.107.793 |
| Adiantamento Férias | 8.192.777 | 5.084.965 | 3.223.911 | 4.233.861 | 2.784.536 | 11.390.553 | 4.790.273 | | | | | | 39.700.875 |
| Precatórios | 121.160 | 619.073 | 237.264 | 278.830 | 176.353 | 170.261 | 130.590 | | | | | | 1.733.529 |
| Subtotal Pessoal | 366.108.274 | 328.442.350 | 329.789.797 | 344.113.674 | 346.970.526 | 352.186.106 | 339.904.478 | | | | | | 2.407.515.205 |
| II.2 OUTROS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS (OC&I) | | | | | | | | | | | | | |
| Exercício corrente | 5.384.685 | 14.069.912 | 47.817.076 | 46.447.936 | 51.019.480 | 49.744.738 | 47.995.292 | | | | | | 262.479.119 |
| Exercícios anteriores | 67.531.913 | 53.187.543 | 39.128.988 | 28.087.780 | 20.968.035 | 21.689.311 | 13.810.270 | | | | | | 244.403.839 |
| Subtotal Outros Custeios e Investimentos | 72.916.598 | 67.257.455 | 86.946.064 | 74.535.716 | 71.987.515 | 71.434.049 | 61.805.562 | | | | | | 506.882.958 |
| III. PROVISÕES | 33.593.370 | 32.712.711 | 33.389.828 | 33.823.325 | 33.982.832 | 34.821.549 | 34.019.752 | | | | | | 236.343.367 |
| 13º Salário | 25.162.939 | 24.080.252 | 24.813.153 | 25.197.568 | 25.314.735 | 26.099.042 | 25.501.863 | | | | | | 176.169.550 |
| 1/3 de Férias | 8.430.431 | 8.632.459 | 8.576.675 | 8.625.757 | 8.668.097 | 8.722.508 | 8.517.889 | | | | | | 60.173.817 |
| IV. RESULTADO ACUMULADO | -118.064.420 | -207.217.345 | -282.986.806 | -363.682.068 | -473.175.924 | -565.081.894 | -634.824.535 | | | | | | -634.824.535 |
| IV.1 Saldo Financeiro no mês (I-II-III) | -118.064.420 | -89.152.925 | -75.769.461 | -80.695.262 | -109.493.856 | -91.905.970 | -69.742.641 | | | | | | |

(1) Correspondente a 5,0295% da previsão de arrecadação do ICMS para o mês, cujo valor foi estimado a partir das informações disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda de São Paulo - SEFAZ-SP.

(2) Incluem os repasses decorrentes de diferenças entre a previsão inicial e a efetiva arrecadação do ICMS:

-Diferença entre Valor Previsto e o Valor Provisório de Arrecadação do mês anterior.

-Diferenças entre o Valor Provisório e o Valor Definitivo, contabilizado pelo Estado. O ajuste é repassado no mês da publicação em Diário Oficial do Estado.

(3) Cota-parte da USP do Repasse da Lei Kandir ao Estado

Fonte: Codage

A Receita proveniente da arrecadação do Estado foi 95.49% da prevista pela Secretaria do Planejamento para o orçamento de 2014 ou seja, **4.51% a menor**





ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Análise do Déficit Orçamentário Planejado e Financeiro

| | | TOTAL |
|--|--|----------------------|
| I. REPASSES TESOURO DO ESTADO ⁽¹⁾ | | 2.515.916.995 |
| I.1 ICMS ⁽²⁾ | | 2.502.554.696 |
| 1.1.1 ICMS Previsto | | 2.620.706.112 |
| 1.1.2 Diferenças de Arrecadação | | -134.351.135 |
| 1.1.3 Programa Especial de Parcelamento (PEP) | | 18.108.718 |
| I.2 LEI KANDIR ⁽²⁾ | | 13.362.299 |
| II. DESPESAS | | 2.914.398.163 |
| II.1 PESSOAL | | |
| Folha mês | | 2.074.333.731 |
| Ativo | | 1.601.501.890 |
| Inativo (SPPREV) | | 472.831.841 |
| Outras folhas | | 333.181.474 |
| Folhas Avulsas | | 73.457.722 |
| Vales Alimentação e Refeição | | 190.181.555 |
| PASEP | | 28.107.793 |
| Adiantamento Férias | | 39.700.875 |
| Precatórios | | 1.733.529 |
| Subtotal Pessoal | | 2.407.515.205 |
| II.2 OUTROS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS (OC&I) | | |
| Exercício corrente | | 262.479.119 |
| Exercícios anteriores | | 244.403.839 |
| Subtotal Outros Custeios e Investimentos | | 506.882.958 |
| III. PROVISÕES | | 236.343.367 |
| 13º Salário | | 176.169.550 |
| 1/3 de Férias | | 60.173.817 |
| IV. RESULTADO ACUMULADO | | -634.824.535 |
| IV.1 Saldo Financeiro no mês (I-II-III) | | |

(1) Correspondente a 5,0295% da previsão de arrecadação do ICMS para o mês, cujo valor foi estimado a partir das inform

(2) Incluem as diferenças decorrentes da diferença entre a previsão inicial e a efetiva arrecadação do ICMS.



ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANÁLISE DO DEFICIT

| | | |
|---|-------------|-----|
| 1- Diferença a menor na arrecadação do Estado | 134.351.135 | 21% |
| 2- Compromissos de exercício anterior | 244.403.839 | 38% |
| 3-Compromissos do exercício atual | 262.479.119 | 41% |

Déficit Real da Execução Orçamentária Planejada 2014

=

Déficit total atual - (Diferença de Arrecadação + Compromissos anteriores)
(não previstos no orçamento 2014)

R\$ 256.069.561,00

| EZ | TOTAL |
|----|---------------|
| | 2.515.916.995 |
| | 2.502.554.696 |
| | 2.620.706.112 |
| | -134.351.135 |
| | 10.109.718 |
| | 13.362.299 |
| | 2.914.398.163 |
| | 2.074.333.731 |
| | 1.601.501.890 |
| | 472.831.841 |
| | 333.181.474 |
| | 73.457.722 |
| | 190.181.555 |
| | 28.107.793 |
| | 39.700.875 |
| | 1.733.529 |
| | 2.407.515.205 |
| | 262.479.119 |
| | 244.403.839 |
| | 506.882.958 |
| | 236.343.367 |
| | 176.169.550 |
| | 60.173.817 |
| | -634.824.535 |



ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Déficit real da execução orçamentária planejada é:

44,5% do previsto para 2014

Assim o esforço foi MELHOR que o planejado

O Déficit Real Financeiro

considerando tanto a diferença de arrecadação como os compromissos de exercícios anteriores (que não foram possíveis de planejamento e previsão no orçamento 2014) é de:

110.3% do previsto para 2014 ate o momento

A previsão de 2014 será provavelmente de um Déficit financeiro total de
R\$ 1.060.000.000,00
Superior ao anteriormente planejado (184,3%)

| EZ | TOTAL |
|----|--------------------------|
| | 2.515.916.995 |
| | 2.502.554.696 |
| | 2.620.706.112 |
| | -134.351.135 |
| | 10.109.718 |
| | 13.362.299 |
| | 2.914.398.163 |
| | 2.074.333.731 |
| | 1.601.501.890 |
| | 472.831.841 |
| | 333.181.474 |
| | 73.457.722 |
| | 190.181.555 |
| | 28.107.793 |
| | 39.700.875 |
| | 1.733.529 |
| | 2.407.515.205 |
| | 262.479.119 |
| | 244.403.839 |
| | 506.882.959 |
| | 236.343.367 |
| | 176.169.550 |
| | 60.173.817 |
| | -634.824.535 |

Tabela IV - Transferências do Tesouro do Estado em 2014

| Mês | 2014 | | | | 2013 | Comparações | | |
|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------|
| | Recebido | Cota Orçamentária* | Estimativa SEFAZ | Diferença | Recebido | Recebido / Previsto 2014 | Recebido / Estimado 2014 | Recebido 2014 / 2013 |
| Janeiro | 354.553.822 | 382.828.748 | 378.459.159 | -23.905.337 | 335.440.595 | -7,39% | -6,32% | 5,70% |
| fevereiro | 339.259.591 | 382.828.748 | 353.708.001 | -14.448.410 | 306.092.955 | -11,38% | -4,08% | 10,84% |
| março | 374.356.228 | 382.828.748 | 365.764.158 | 8.592.070 | 341.736.879 | -2,21% | 2,35% | 9,55% |
| Abril | 371.777.453 | 382.828.748 | 383.626.090 | -11.848.637 | 338.702.900 | -2,89% | -3,09% | 9,77% |
| Maiο | 343.447.017 | 382.828.748 | 377.959.301 | -34.512.284 | 360.544.556 | -10,29% | -9,13% | -4,74% |
| Junho | 366.535.734 | 382.828.748 | 379.503.508 | -12.967.774 | 358.148.948 | -4,26% | -3,42% | 2,34% |
| Julho | 365.987.151 | 382.828.748 | 381.775.856 | -15.788.745 | 395.133.131 | -4,40% | -4,14% | -7,38% |
| Agosto | | 382.828.748 | | | 376.721.832 | | | |
| Setembro | | 382.828.748 | | | 384.338.494 | | | |
| Outubro | | 382.828.748 | | | 387.379.297 | | | |
| Novembro | | 382.828.748 | | | 372.094.552 | | | |
| Dezembro | | 384.667.901 | | | 405.327.943 | | | |
| TOTAL | 2.515.916.996 | 4.595.784.129 | 2.620.796.112 | -104.879.116 | 4.361.662.080 | - | - | - |
| Acumulado até o Mês | 2.515.916.996 | 2.679.801.236 | 2.620.796.112 | -104.879.116 | 2.435.799.962 | -6,12% | -4,00% | 3,29% |

* Cota nos termos do Decreto nº 60.066 de 15/01/14 - Fixa Normas para Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2014



Previsão pela SEPLAN de crescimento do orçamento da USP em 2014 foi de **6,74%**

Orçamento 2014 apresentou, até Julho de 2014, crescimento de apenas **3,29%**,

O Orçamento recebido pela USP, até Julho de 2014, é de **6,12%** menor que o previsto

Tabela V - Folha de Pagamento em 2014

| Mês | 2014 | | | 2013 | Comparações | |
|---------------------|----------------------|----------------------|------------------|----------------------|---------------------------|-----------------------|
| | Folha CRUESP | Estimativa Orçamento | DIFERENÇA | Folha CRUESP | Realizado / Previsto 2014 | Realizado 2014 / 2013 |
| Janeiro | 399.580.483 | 393.386.648 | 6.193.835 | 400.745.135 | 1,57% | -0,29% |
| fevereiro | 360.535.989 | 365.814.532 | -5.278.543 | 321.401.998 | -1,44% | 12,18% |
| março | 362.942.361 | 374.329.668 | -11.387.307 | 326.550.933 | -3,04% | 11,14% |
| Abril | 377.658.170 | 374.927.656 | 2.730.514 | 337.853.533 | 0,73% | 11,78% |
| Maio | 380.777.005 | 374.633.510 | 6.143.495 | 373.024.459 | 1,64% | 2,08% |
| Junho | 386.837.395 | 385.319.093 | 1.518.301 | 369.121.636 | 0,39% | 4,80% |
| Julho | 373.793.640 | 364.414.734 | 9.378.906 | 362.501.007 | 2,57% | 3,12% |
| Agosto | | 363.364.804 | | 351.503.017 | | |
| Setembro | | 362.474.063 | | 362.423.826 | | |
| Outubro | | 361.304.905 | | 365.265.403 | | |
| Novembro | | 363.370.487 | | 372.737.573 | | |
| Dezembro | | 380.290.495 | | 407.196.414 | | |
| TOTAL | 2.642.125.043 | 4.463.630.594 | 9.299.202 | 4.350.324.934 | - | - |
| Acumulado até o Mês | 2.642.125.043 | 2.632.825.841 | 9.299.202 | 2.491.198.702 | 0,35% | 6,06% |

A folha salarial continua crescendo em função de:

- 1- Compromissos passados e
- 2- Crescimento endógeno

Resultados favoráveis no esforço de contenção de despesas

Tabela VI - Outros Custeios e Capital em 2014

| Mês | Despesa total | | Realizado 2014 / 2013 |
|---------------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2013 | |
| Janeiro | 72.916.598 | 80.132.524 | -9,00% |
| fevereiro | 67.257.455 | 49.160.503 | 36,81% |
| março | 86.946.064 | 62.591.039 | 38,91% |
| Abril | 74.535.716 | 84.960.638 | -12,27% |
| Mai | 71.987.515 | 99.532.655 | -27,67% |
| Junho | 71.434.049 | 64.689.639 | 10,43% |
| Julho | 61.805.562 | 104.918.216 | -41,09% |
| Agosto | | 86.184.632 | |
| Setembro | | 88.019.778 | |
| Outubro | | 101.362.126 | |
| Novembro | | 70.826.530 | |
| Dezembro | | 121.451.300 | |
| TOTAL | 506.882.958 | 1.013.829.579 | - |
| Agregado até o Mês | 506.882.958 | 545.985.214 | -7,16% |

Tabela VII - Despesa Total em 2014

| Mês | Despesa total | | Realizado 2014 / 2013 |
|---------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2013 | |
| Janeiro | 439.024.873 | 480.953.746 | -8,72% |
| fevereiro | 395.699.805 | 370.602.219 | 6,77% |
| março | 416.735.861 | 389.328.512 | 7,04% |
| Abril | 418.649.390 | 423.139.539 | -1,06% |
| Mai | 418.958.041 | 475.993.473 | -11,98% |
| Junho | 423.620.154 | 433.949.383 | -2,38% |
| Julho | 401.710.040 | 467.609.233 | -14,09% |
| Agosto | | 438.037.823 | |
| Setembro | | 450.789.360 | |
| Outubro | | 466.857.258 | |
| Novembro | | 443.742.820 | |
| Dezembro | | 529.015.374 | |
| TOTAL | 2.914.398.163 | 5.370.018.740 | - |
| Agregado até o Mês | 2.914.398.163 | 3.041.576.104 | -4,18% |

Evolução
Folha
Salarial

| | % DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA SOBRE AS LIBERAÇÕES FINANCEIRAS | | | | % DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA "ACUMULADA" S/ AS LIBERAÇÕES FINANC. | | | | MÊS |
|-----|---|--------------|---------|-----------|--|--------------|--------|---------|-----------|
| | TOTAL | UNIVERSIDADE | | | TOTAL | UNIVERSIDADE | | | |
| | | % | UNESP % | UNICAMP % | | USP % | % | UNESP % | |
| 483 | 105,14 | 96,01 | 97,57 | 112,70 | 105,14 | 96,01 | 97,57 | 112,70 | JAN |
| 389 | 104,01 | 99,93 | 103,18 | 106,27 | 104,59 | 97,93 | 100,31 | 109,56 | FEV |
| 361 | 94,51 | 90,94 | 92,74 | 96,95 | 101,06 | 95,48 | 97,66 | 105,14 | MAR |
| 170 | 97,22 | 91,59 | 93,26 | 101,58 | 100,07 | 94,47 | 96,52 | 104,22 | ABR |
| 305 | 105,72 | 99,39 | 100,70 | 110,87 | 101,16 | 95,42 | 97,33 | 105,50 | MAI |
| 395 | 100,11 | 94,02 | 94,18 | 105,54 | 100,98 | 95,18 | 96,79 | 105,51 | JUN |
| 340 | 98,39 | 94,53 | 93,95 | 102,13 | 100,60 | 95,09 | 96,38 | 105,02 | JUL |
| 343 | 100,60 | 95,09 | 96,38 | 105,02 | 100,60 | 95,09 | 96,38 | 105,02 | TOT.ACUM. |



COP

CONSIDERAÇÕES:

No ritmo apresentado de despesas já há uma previsão inicial de uso das reservas em 2014 **superior** ao aprovado pelo CO de R\$ 575.415, considerando-se as obrigações passadas (*restos a pagar*) que não constaram do orçamento mas fazem parte do fluxo financeiro.

Depende-se:

- ✓ Evolução de arrecadação do ICMS, e assim das Receitas
- ✓ Avaliação dos impactos das medidas iniciais de contenção de despesas na USP

Em função das evidências:

Necessidade da autorização do CO para a disponibilização das Reservas em um montante aproximado de R\$ 1.060.000.000,00 para 2014 superior ao previsto inicialmente



COP

SIGISMUNDO BIALOSKORSKI NETO (Presidente)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - Diretoria

GERALDO ROBERTO MARTINS DA COSTA (Suplente da Presidência)

Escola de Engenharia de São Carlos - Diretoria

DINÁ DE ALMEIDA LOPES MONTEIRO DA CRUZ

Escola de Enfermagem - Diretoria

FREDERICO PEREIRA BRANDINI

Instituto Oceanográfico - Diretoria

GERSON APARECIDO YUKIO TOMANARI

Instituto de Psicologia - Diretoria

LAERTE SODRÉ JÚNIOR

Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas – Diretoria

CONVIDADOS

RUDINEI TONETO JÚNIOR

Coordenador de Administração Geral

PETER GREINER JÚNIOR

Diretor do Departamento de Finanças

DANIEL DE SOUZA COELHO

Departamento de Finanças

SECRETARIA GERAL

IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO

Secretário Geral

SECRETARIA

JUREMA, ELIANA

ANEXO II



Modelo de Controladoria para a Universidade de São Paulo

06 de agosto de 2014

1. Objetivo do Estudo

O objetivo deste estudo é conceber uma proposta para a estruturação de uma área de Controladoria na Universidade de São Paulo.

É uma proposta de um Modelo Conceitual de estruturação da Controladoria que deve orientar o desenvolvimento dessa área e a especificação dos seus elementos constitutivos.

2. Justificativa do Estudo

Os motivos que justificam o estudo e a proposta de um Modelo de Controladoria para a USP são:

- (i) Inexistência de uma área de controle econômico-financeiro na estrutura organizacional da USP.**
- (ii) A ocorrência da atual crise financeira em grande parte derivada da falta de estrutura de controle que deveria ter evitado o problema.**

3. Conceitos de Controladoria

A percepção de Controladoria empregada neste estudo é de um órgão da estrutura de organização com missão, atividades, responsabilidades e instrumentos específicos. Nos slides a seguir são apresentados alguns conceitos que direcionam esse pensamento.



4. Processo de Gestão

O desenvolvimento de um modelo de controladoria eficaz deve ser iniciado a partir de uma concepção de um processo de gestão adequado para Universidade de São Paulo.

4. Processo de Gestão

O que é Processo de Gestão?

O processo de gestão pode ser considerado como um amplo sistema de controle de uma organização.

É o processo de condução da Universidade para o cumprimento dos seus objetivos. O controle se inicia na fase de planejamento passa pela fase de execução, e continua na fase de avaliação e replanejamento das atividades.



4. Processo de Gestão

Quem faz?

Processo de gestão é efetuado por todos os gestores da USP: Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Superintendentes, Diretores, Dirigentes de Unidades e Assistentes. Todos os gestores são os “condutores” dessa organização e o desempenho da USP depende de suas decisões. No processo de tomada de decisões, os gestores devem ser induzidos a considerar e respeitar os interesses globais da Universidade.

4. Processo de Gestão

Quem coordena?

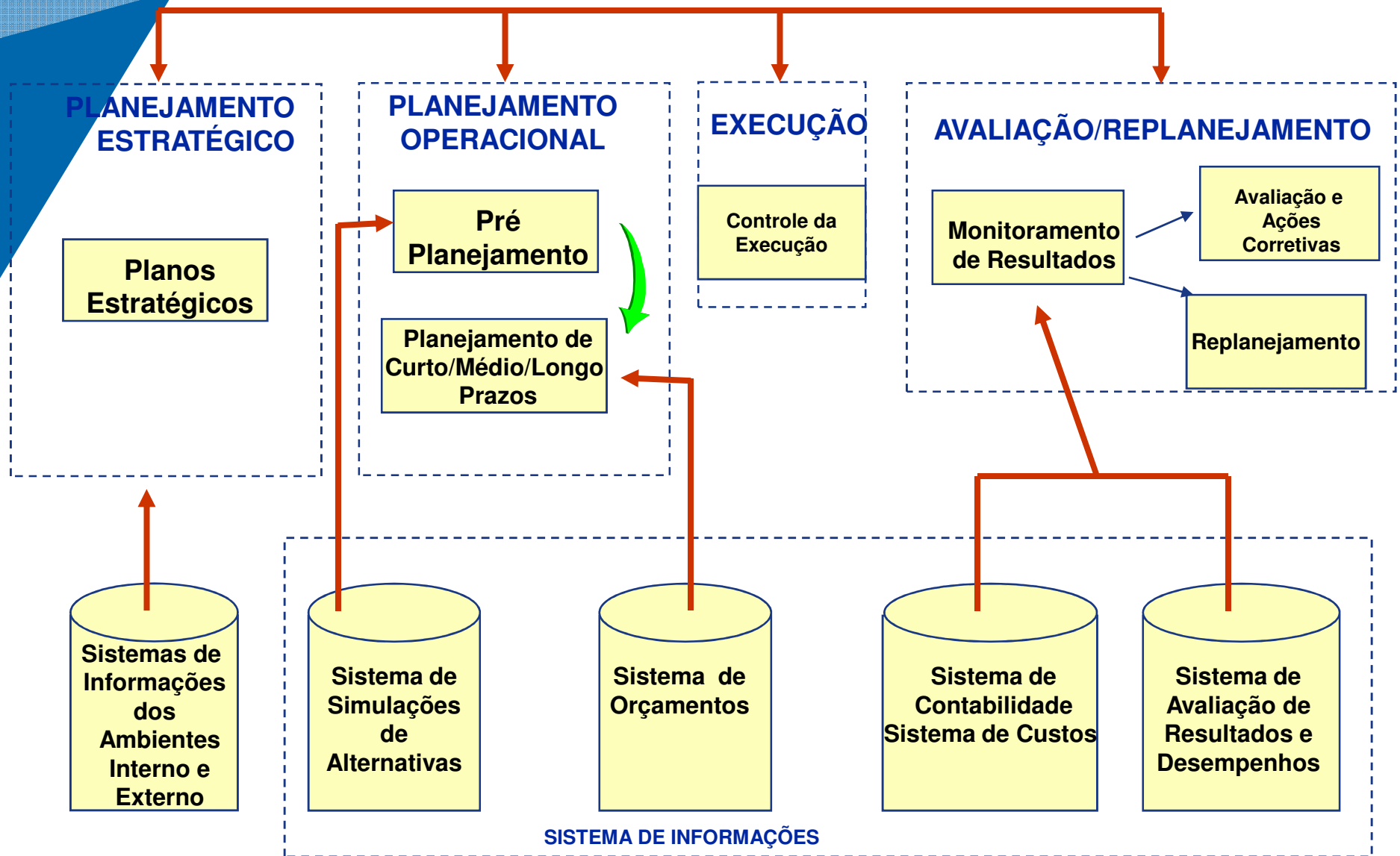
A área de Controladoria deve ser a área responsável pela coordenação do processo de gestão no que diz respeito aos aspectos econômicos e financeiros que derivam das estratégias aprovadas e objetivos estabelecidos pela Universidade.

4. Processo de Gestão

Nos *slide* seguinte é apresentada uma visão conceitual do fluxo do processo de gestão.

Nesse processo destacam-se as fases de planejamento estratégico, planejamento operacional, execução e avaliação/replanejamento.

VISÃO GERAL DO PROCESSO DE GESTÃO



5. Premissas do Modelo de Controladoria

Objetivos organizacionais

- (i) A eficácia da Universidade se refere ao cumprimento da sua missão e ao alcance dos seus objetivos maiores.
- (ii) No ambiente das empresas privadas, o resultado econômico (lucro) é considerado como a melhor medida da eficácia da organização e nesse sentido o lucro da empresa deve ser otimizado. No ambiente na Universidade de São Paulo, assim como no ambiente de entidades sem finalidades lucrativas, o cumprimento de sua missão e de seus grandes objetivos é avaliado através de diversas medidas de desempenho quantitativas, qualitativas e financeiras.
- (iii) Na Universidade de São Paulo, o recurso econômico-financeiro se constitui em fator restritivo fundamental para o alcance dos diversos objetivos e nesse contexto deve ser otimizado.

5. Premissas do Modelo de Controladoria

Otimização setorial versus otimização global

(iv) A maximização isolada dos desempenhos de cada uma das partes da Universidade não conduz necessariamente ao resultado ótimo da organização como um todo.

(v) O desempenho da Universidade depende de recursos econômico-financeiros escassos e desta forma, torna-se necessário uma área que disponha de estrutura, preparo conceitual, poder de atuação, conceitos e instrumentos para efetuar a coordenação de esforços para a utilização eficiente de recursos econômicos e financeiros.

5. Premissas do Modelo de Controladoria

Requisitos para a otimização de Resultados

(vi) Para a utilização eficiente de recursos econômicos e financeiros da Universidade é preciso existir entre os gestores uma “cultura” de maximização de desempenho e de utilização adequada de recursos.

(vii) As decisões dos gestores da Universidade devem ser baseadas não apenas no cumprimento de resultados planejados, mas também na utilização planejada de recursos necessários para o atingimento desses resultados.

5. Premissas do Modelo de Controladoria

Informação para decisões dos gestores

(viii) O gestores da Universidade devem receber informações adequadas para tomar decisões na sua esfera de atuação.

(ix) As decisões são tomadas durante todo o processo de gestão ou seja, na fase de planejamento, de execução e de avaliação/replanejamento. Portanto, são requeridas informações para as decisões de planejamento de execução e de avaliação/replanejamento.

5. Premissas do Modelo de Controladoria

Crenças e valores subjacentes aos papéis dos gestores

(x) O papel fundamental de todos os gestores é contribuir para que a Universidade cumpra a sua missão e atinja seus objetivos maiores.

(xi) Os gestores (unidades, diretorias, vice-reitorias, etc.), são responsáveis pelo cumprimento dos resultados planejados de suas atividades (ensino, pesquisa, cultura e extensão de serviços à comunidade, etc.).

(xii) Os gestores devem ser responsáveis por todos os efeitos das decisões dentro de sua alçada de atuação. Nesse sentido os gestores devem fazer o que deve ser feito e prestar contas (*accountability*).

5. Premissas do Modelo de Controladoria

Crenças e valores subjacentes ao papel da controladoria

(xiii) A área de Controladoria não define o que os gestores devem fazer e nem toma decisões por eles.

(xiv) A área de Controladoria deve apoiar as áreas e unidades da Universidade no cumprimento dos objetivos estabelecidos.

(xv) A área de Controladoria deve ser um agente de controle econômico-financeiro sendo de sua responsabilidade a eficiência global da utilização de recursos econômico-financeiros da Universidade.



6. Missão da Área de Controladoria

A missão da área de Controladoria é zelar pela sustentabilidade econômico-financeira da USP no longo prazo.

7. Objetivos da Área de Controladoria

Neste tópico são especificados os objetivos principais da área de Controladoria.

Cada objetivo corresponde a uma fase do processo de gestão.

Para cada objetivo são especificadas as atividades fundamentais correspondentes.

7. Objetivos da área de Controladoria

Na Fase de Planejamento: Assegurar a obtenção de um Planejamento Plurianual Estratégico e Operacional otimizado.

Atividades Fundamentais:

- **Coordenar o processo de planejamento orçamentário da universidade para o curto, médio e longo prazos.**
- **Preparar dados e informações econômico-financeiras para subsidiar o processo orçamentário.**
- **Preparar estudos e simulações econômico-financeiros durante a fase de planejamento orçamentário da Universidade para evidenciar os impactos das decisões presentes nos resultados futuros da Universidade.**
- **Assegurar um comprometimento adequado de recursos financeiros da Universidade no contexto do planejamento estabelecido.**

7. Objetivos da área de Controladoria

Na Fase de Execução das Atividades: Assegurar que a execução orçamentária seja orientada pelo plano estabelecido.

Atividades Fundamentais:

- Assegurar que os gastos executados pelos gestores estejam de acordo com as políticas e o planejamento estabelecidos.
- Preparar estudos e simulações econômico-financeiras *ad hoc* para decisões específicas dos gestores.
- Assegurar a revisão de planos e a análise do impacto econômico-financeiro de decisões que não foram previstas no planejamento orçamentário.

7. Objetivos da área de Controladoria

Na Fase de Avaliação/Replanejamento das Atividades:

Avaliar e zelar pelo cumprimento das metas e replanejar os períodos futuros.

Atividades Fundamentais:

- Preparar análise de variações orçamentárias.
- Assegurar o processo de revisão orçamentária em função de eventos que modifiquem significativamente o planejamento original efetuado.

7. Objetivos da área de Controladoria

Durante todo o Processo de Gestão: Garantir a prestação de informações para os gestores.

Atividades Fundamentais:

- Preparar relatórios e análises sobre o plano orçamentário que sejam adequados para a tomada de decisões pelos gestores.
- Preparar informações econômico-financeiras comparativas sobre o desempenho planejado e o efetivamente executado.
- Preparar análises críticas sobre o desempenho da execução orçamentária e divulgar para os diversos gestores.
- Preparar informações econômico-financeiras com base em série históricas para análise de evolução de desempenhos.

7. Objetivos da área de Controladoria

Durante todo o Processo de Gestão: Garantir a prestação de informações para a sociedade.

Atividades Fundamentais:

- Preparar informações econômico-financeiras comparativas sobre o desempenho planejado e o efetivamente executado.
- Preparar informações econômico-financeiras com base em série históricas para análise de evolução de desempenhos.
- Divulgar informações segundo políticas definidas.

7. Objetivos da área de Controladoria

Durante todo o Processo de Gestão: Prestar assessoria aos gestores nos assuntos econômico-financeiros.

Atividades Fundamentais:

- Prestar assessoria aos gestores
- Gerar informações especiais
- Capacitar os gestores para entendimento dos aspectos financeiros de suas decisões



8. Estrutura da Controladoria

A área de Controladoria deve ser configurada como uma Diretoria de Controladoria, centralizada, subordinada hierarquicamente ao Conselho Universitário e funcionalmente deve estar integrada na estrutura de organização da USP, sendo vinculada à Vice-Reitoria.

8. Estrutura da Controladoria

A área de Controladoria, muito embora com estrutura de responsabilidades em linha, deve exercer atividades de assessoria nos assuntos econômicos e financeiros às diversas comissões, principalmente à COP.

Essa área deve manter estreito relacionamento de trabalho com a CODAGE principalmente no que diz respeito à obtenção de informações geradas pelos sistemas operacionais (folha de pagamento, etc.) e de contabilidade (execução orçamentária).



9. Passos para a Implantação da Controladoria

- 1) Definir formalmente a área na estrutura da USP;
- 2) Definir e alocar os recursos humanos necessários básicos;
- 3) Capacitar os recursos humanos nos conceitos de controladoria;
- 4) Desenvolver/adaptar os sistemas de informações necessários;
- 5) Focar na elaboração de planos anuais e plurianuais;
- 6) Focar no controle orçamentário (análise da execução);
- 7) Implementar o Sistema *Balanced Scorecard* e relatórios gerenciais mais elaborados;
- 8) Treinar os gestores da USP nos conceitos de controladoria.

10. Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho - Controladoria foi criado pela Portaria 6552 de 26 de maio de 2014, baixada pelo Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Marco Antonio Zago.

O Grupo de Trabalho foi composto pelos seguintes colaboradores:

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro (Presidente)

Prof. Dr. Alberto Borges Matias

Profa. Dra. Ana Carla Bliacheriene

Prof. Dr. Fábio Frezatti

Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior

Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto

Sra. Roberta Assadourian Santana (Secretária)